

**MÃES DE MENINAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR:
REAÇÕES MATEERNAS E MULTIGERACIONALIDADE**

Samara Silva dos Santos

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia
sob Orientação da
Prof.^a. Dr.^a. Débora Dalbosco Dell’Aglío

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento
Maio, 2007.**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma realização profissional e pessoal e tornou-se possível porque muitas pessoas estiveram ao meu lado, contribuindo no planejamento, na execução, e também, apoiando e compartilhando comigo as conquistas e os desafios que fizeram parte dessa caminhada. Essa tarefa não teria sido experienciada da mesma forma sem o ‘dedinho’ de vocês, por isso, nessa seção, expresso meu profundo agradecimento àqueles que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal. Agradeço...

A minha família: aos meus pais por apoiarem minhas escolhas e serem símbolos de luta e dedicação. Ao meu irmão Tiago, exemplo de que nem sempre a vida precisa ser levada tão a sério, pela ‘força’ na impressão de artigos e nos problemas que eventualmente surgiam com o computador. Ao meu irmão Alexandre, um exemplo de coragem e determinação, à minha cunhada Giane e meus queridos sobrinhos Kevin e Michael pelos momentos de alegria cada vez que nos visitam. E, em especial, ao meu amor Rogério, companheiro pra todos os momentos, um grande incentivador, pela compreensão e paciência quando a dissertação era prioridade.

A minha família extensiva: minha avó Xica, tias, tios, primas e primos, valeu a torcida! A So, o Nego e a doce Gabriela, o incentivo e apoio de vocês representaram muito pra mim.

A família Leão: ao José e a Sirlei por me acolherem com tanto carinho em sua família, a alegria e o bom humor de vocês são contagiantes! A minha cunhada Adriana, seu esposo Adriano e minhas lindas sobrinhas Ana Laura e Mariana por acompanharem e estarem ao meu lado em momentos especiais.

A todos amigos por compreenderem a falta de tempo e, em especial a querida amiga Jeane, que pra mim é da família, pela convivência durante esses anos, pela amizade e coleguismo e, ainda, pelo exemplo de força de vontade.

A minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª Débora Dalbosco Dell’Aglío. Ao longo de todos esses anos que trabalhamos juntas minha admiração e respeito pela tua competência e ética profissional crescem cada vez mais. É um exemplo de profissional e mulher, pela forma com que consegue conciliar tantos papéis! Tua dedicação e empenho na condução da orientação desse trabalho proporcionaram experiências de aprendizagem e autonomia, enriquecendo meu crescimento profissional e pessoal. Obrigada por confiar e acreditar em mim!

As minhas meninas da equipe de pesquisa: Ana Paula Couto Zoltowski, Nithiane Capella Farias, Ana Paula N. Zucatti e Franciane Souza Schmitz, pelo empenho e dedicação

na reflexão da proposta de trabalho. Em especial, as acadêmicas Ana Paula Couto Zoltowski e Nithiane, com as quais trabalhei mais de perto, pelas contribuições na análise dos dados.

As colegas do Nepa: pelas contribuições nos momentos de preparação para apresentação dos trabalhos. As parceiras de congressos Aline Cardoso Siqueira, Josiane Lieberknecht Wathier, Cátula da Luz Pelisoli e Jeane Lessinger Borges temos que repetir a 'dose' de São Paulo! A convivência com vocês tem sido ótima! As mestrandas Carolina Menezes e Letícia Graziela Costa, recém chegadas ao grupo e já me ajudaram com as correções nas traduções dos abstracts e com a disponibilização de materiais.

As colegas de mestrado pelas trocas de experiências, pelas descontraídas conversas e boas risadas.

Ao Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) por autorizar a realização desse trabalho.

Ao Ambulatório de Atenção as Situações de Violência do HMIPV e suas competentes profissionais psicólogas Sandra Corrêa da Silva, Jane Padilha e Ângela Ruschel e terapeuta ocupacional Fernanda Bueno, pela disponibilidade com que acolheram esse estudo e por compartilhar experiências de atendimento. Ao conhecer o trabalho que realizam e perceber a implicação e o comprometimento de todas com as questões relacionadas à temática da violência, pude observar a qualidade e sensibilidade com que o trabalho de vocês é conduzido.

Ao Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI), a colaboração de todos os profissionais, psicólogas, médicos, assistente social e estagiários foram imprescindíveis para o andamento da coleta de dados. Em especial, as psicólogas Eliete e Tatiana pela receptividade. Ao estudar a questão da revelação do abuso, convenço-me, cada vez mais da importância do trabalho de vocês, na linha de frente.

As Professoras da banca, Dr^a. Vera Regina Ramires e Dr^a. Adriana Wagner pelas valiosas contribuições na qualificação desse trabalho. A professora Dr^a. Denise Bandeira pelo trabalho de relatoria, pelas sugestões e preocupação em relação aos aspectos metodológicos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS, representado pelos seus professores, pela oportunidade de aprendizagem de qualidade numa instituição de ensino público. A secretária do PPG, Margarete, pela eficiência no seu trabalho, tornando os tramites burocráticos, menos burocráticos.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro, nos últimos meses.

E, por último, mas não menos importante, as mães, participantes desse estudo, pela confiança e generosidade em se dispor a conversar e revelar momentos importantes de suas vidas.

SUMÁRIO

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Capítulo I. Introdução.....	08
Capítulo II. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: Ciclos de violência.....	10
Resumo.....	10
Abstract.....	10
2.1. Introdução.....	11
2.2. Conseqüências do abuso sexual ao longo do desenvolvimento.....	13
2.3. Mães de crianças vítimas de abuso sexual.....	16
2.4. Multigeracionalidade.....	21
2.5. Considerações finais.....	23
Capítulo III. Reações maternas: O limite entre encobrir e amparar no contexto do abuso sexual infantil.....	26
Resumo.....	26
Abstract.....	26
3.1. Introdução.....	27
3.2. A mãe no contexto do abuso sexual infantil.....	28
3.3. Método.....	31
3.3.1. Participantes.....	31
3.3.2. Instrumentos e procedimentos.....	32
3.4. Resultados e discussão.....	32
3.5. Reações maternas: Categorias de análise.....	35
3.6. Considerações finais.....	38
Capítulo IV. Multigeracionalidade da violência em mães de meninas vítimas de abuso sexual.....	41
Resumo.....	41
Abstract.....	41

	5
4.1. Introdução.....	42
4.2. Método.....	44
4.2.1. Participantes.....	46
4.2.2. Instrumentos e procedimentos.....	46
4.2.3. Procedimentos de análise dos dados.....	46
4.5. Resultados.....	47
4.6. Discussão.....	60
4.7. Considerações finais.....	64
Capítulo V. Conclusões.....	66
Referências.....	70
Anexos.....	76
Anexo A - Roteiro de Entrevista.....	76
Anexo B - Termo de Concordância da Instituição.....	78
Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	80

RESUMO

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo discutir as características de mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, considerando aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso e à multigeracionalidade. Este trabalho foi dividido em três artigos, sendo um teórico e dois empíricos. O primeiro apresenta uma revisão de literatura referente à temática do abuso sexual, suas repercussões e aspectos relacionados à figura materna. O segundo artigo investigou como mães de meninas abusadas sexualmente reagiram quando tomaram conhecimento do abuso, observando suas atitudes de proteção e denúncia. O terceiro artigo explorou aspectos relacionados à multigeracionalidade, a partir de quatro casos de mães que também sofreram violência sexual na infância. Discute-se o papel da mãe diante do abuso sexual de suas filhas, que geralmente vivencia esse processo tanto como vítima quanto como testemunha. Destaca-se a necessidade de um maior conhecimento da dinâmica psicológica familiar nos casos de abuso sexual, que possa trazer subsídios para trabalhos direcionados ao acolhimento e intervenção nestas situações.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; reações maternas; família; multigeracionalidade.

ABSTRACT

Mothers of girls who had suffered intrafamilial sexual abuse: maternal reactions and multigenerationality

This dissertation had the objective of discussing the characteristics of mothers of children victims of intrafamilial sexual abuse, taking into account aspects related to the maternal reactions when facing the revelation of the abuse and multigenerationality. This work was divided into three articles: one theoretical and two empirical. The first one presents a revision of literature referring to the thematic of sexual abuse, its repercussions and aspects related to the maternal figure. The second article investigated how mothers of girls sexually abused had reacted when they knew about the abuse, observing their attitudes of protection and denunciation. The third article explored aspects related to multigenerationality, from four cases of mothers who had also suffered sexual violence in infancy. The role of the mother facing the sexual abuse of her children is discussed. The mother usually lives this process both as a victim and witness. In the cases of sexual abuse, the need for greater knowledge of the psychological dynamics of the family is highlighted. This knowledge could increase assistance capability in protecting and intervening in these situations.

Keywords: Child sexual abuse; family; maternal reactions; multigenerationality.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Esta dissertação investigou a temática do abuso sexual infantil, enfocando aspectos relacionados às reações maternas e à multigeracionalidade. Em nossa realidade, o abuso sexual infantil é considerado um problema de saúde pública, tendo em vista os expressivos números registrados de ocorrências e notificações (Gonçalves & Ferreira, 2002; Pfeiffer & Salvagni, 2005). No entanto, sabe-se que, ainda, muitos casos não são denunciados, principalmente quando ocorrem dentro do contexto familiar, o que preocupa profissionais e pesquisadores que trabalham diretamente com esse fenômeno. O abuso sexual intrafamiliar apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, na qual o abusador, a criança vítima e a mãe compõem um sistema familiar fragilizado. O segredo do abuso sexual garante a essas famílias a ilusão de unidade e de que a situação está sob controle. Quando o segredo é desvelado e as histórias de violência vêm à tona, a família e seus membros encontram-se diante do desafio de rever e construir novos papéis e limites.

A denúncia da situação de violência é um dos passos do processo de revelação do abuso sexual. Para que o abuso sexual seja notificado, a criança vítima precisa romper o silêncio, alguém precisa escutá-la e tomar as providências necessárias para sua proteção. A denúncia frequentemente é realizada por alguém próximo à criança e, geralmente, pela mesma pessoa para quem foi revelada a violência. A mãe tem sido apontada como uma figura importante nesse processo, pois na maioria das situações o abuso é revelado a ela (Berliner & Conte, 1995; Jonzon & Lindbland, 2004). Além disso, vários estudos apontam que a adaptação das crianças após o abuso e a revelação está associada à forma com que as mães conseguem lidar com a situação e à capacidade de prover suporte emocional às suas crianças (Leifer, Kilbane, & Grossman, 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Dessa forma, tendo em vista que muitos estudos em nossa realidade investigam as conseqüências psicológicas nas vítimas, esta dissertação de mestrado procurou explorar as características maternas envolvidas nessa complexa dinâmica familiar do abuso sexual infantil, procurando compreender os aspectos relacionados às reações maternas e a presença da multigeracionalidade nesse processo.

A proposta inicial desta dissertação tinha como objetivo investigar dois grupos de mães: um grupo composto por mães cujas filhas tivessem sofrido abuso sexual intrafamiliar e que estivessem em atendimento em serviço de hospital público; e outro grupo composto por mães cujas filhas não tivessem sido abusadas sexualmente, mas que também fossem atendidas em hospital público, por motivos diversos, excluindo-se violência doméstica. Contudo, tendo

em vista as sugestões da banca no momento da qualificação do projeto e as dificuldades em encontrar participantes para a pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com participantes que tivessem as características do primeiro grupo: mães de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Assim, este trabalho é composto por três artigos, sendo que o primeiro é um artigo teórico e os dois subsequentes são artigos empíricos. O primeiro artigo discute as características de mães de crianças vítimas de abuso sexual, considerando aspectos como ajustamento emocional, multigeracionalidade e reações maternas frente à revelação, a partir de pesquisas nesta temática.

O segundo artigo, intitulado “Reações maternas: O limite entre encobrir e amparar no contexto do abuso sexual infantil”, investigou como mães de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar reagiram ao tomar conhecimento do abuso. A análise das respostas indicou que as reações maternas podem variar, dependendo dos recursos internos e externos para lidar com a situação, e representam uma dimensão importante a ser avaliada no processo de revelação.

O terceiro artigo explorou aspectos relacionados à multigeracionalidade, considerando a perspectiva de quatro mães de meninas abusadas sexualmente, selecionadas a partir do segundo estudo, sobre reações maternas, e que também tinham sofrido abuso sexual na própria infância. A análise dos casos evidenciou as dificuldades de relacionamento entre os membros da família de origem das participantes e, principalmente, entre mães e filhas, demonstrando a reexperiência da violência na vida dessas mulheres.

No capítulo final, procurou-se integrar os principais resultados e conclusões dos estudos realizados. Além disso, sugestões para novas pesquisas e as principais dificuldades e limitações do estudo também são discutidas.

CAPÍTULO II

Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: Ciclos de violência¹

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as características de mães de crianças vítimas de abuso sexual, considerando aspectos como ajustamento emocional, multigeracionalidade e reações maternas frente à revelação. O abuso sexual infantil é considerado um problema de saúde pública e suas conseqüências têm sido foco de interesse de pesquisadores. Entretanto, poucos estudos têm se dedicado a explorar as características maternas envolvidas nesse complexo ciclo de violência. De modo geral, mães de crianças abusadas sexualmente não se configuram como as perpetradoras do abuso, mas de alguma forma encontram-se envolvidas, seja como vítimas ou testemunhas desta situação. Por outro lado, vários fatores influenciam as reações maternas frente à revelação do abuso, tais como a percepção de rede de apoio social e as características de personalidade da mãe, entre outros. Pesquisas têm demonstrado a continuidade da violência entre as gerações, apontando a necessidade de estudos longitudinais sobre o abuso sexual infantil.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; violência; mães.

Understanding mothers of children victims of sexual abuse: cycles of violence

Abstract

The objective of this article is to discuss the characteristics of mothers of children victims of sexual abuse considering aspects like emotional adjustment, multigenerationality and maternal reactions when facing disclosure. Child sexual abuse is considered a public health problem and its consequences have been a focus of interest of many researchers. However, just a few studies have been dedicated to explore the maternal characteristics involved in these complex cycles of violence. In general, mothers of sexually abused children are not seen as perpetrators of the abuse, but in some way they find themselves involved as victims or witnesses to this situation. On the other hand, many factors influence the mothers' reactions when facing the revelation of the abuse, such as the perception of social support and the mothers' personality characteristics, among others. Research has demonstrated the continuity of the violence throughout generations, pointing to the necessity of longitudinal studies on child sexual abuse.

Keywords: Child sexual abuse; violence; mothers.

¹ Este artigo teórico foi submetido à Revista Estudos de Psicologia (Campinas).

2.1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as características de mães de crianças vítimas de abuso sexual e suas reações frente à revelação. O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um problema de saúde pública devido a sua crescente identificação e conseqüente notificação aos órgãos responsáveis (Gonçalves & Ferreira, 2002; Pfeiffer & Salvagni, 2005). Segundo a definição de alguns estudos (Azevedo & Guerra, 1989; SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/MJ, 2001), o abuso sexual consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. O abusador tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. O abuso sexual pode envolver situações de estupro ou ainda exploração sexual e pornografia, visando lucro. Alguns estudos têm definido o abuso sexual infantil como qualquer toque genital ou comportamento sexual forçado ou imposto, através de ameaça ou força física, a uma criança ou adolescente, no qual o perpetrador tenha pelo menos cinco anos a mais do que a vítima (Alexander, Teti & Anderson, 2000; Leifer, Kilbane & Kalick, 2004). Esse critério de diferença de idade entre o abusador e a vítima está relacionado a aspectos do desenvolvimento. A criança, ou adolescente vítima é envolvida em atividades sexuais, as quais não compreende em sua totalidade e, conseqüentemente, com as quais não está apta a concordar. Segundo Faleiros (2000), sobre a questão do consentimento da vítima, deve-se ter claro que situações de abuso sexual envolvem uma relação de dominação, na qual a criança apresenta poucas condições de reagir porque se encontra sob domínio do abusador. Há um processo de dominação psicológica, sendo que a vítima não pode ser responsabilizada por atos dos quais participa enquanto dominado (Faleiros). O abusador garante sua posição de poder e dominação através de um mecanismo de controle baseado em hostilidade e agressividade (Koller & De Antoni, 2004).

Uma característica singular do abuso sexual refere-se ao fato de que é realizado, freqüentemente, sem o uso de força física, através do poder, coação e/ou sedução, e por isso não deixa marcas físicas nas vítimas, dificultando a sua identificação. Geralmente, o abuso sexual apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, inicia-se sutilmente e, conforme o abusador adquire a confiança da vítima, os contatos sexualizados tornam-se gradualmente mais íntimos, podendo variar desde um afago até relação sexual genital, oral ou anal (De

Antoni & Koller, 2002; Pires, 2000). A criança pode perceber esses contatos e aproximações como um privilégio, já que uma atenção diferenciada lhe é dispensada (Pfeiffer & Salvagni, 2005). Para isso, o perpetrador utiliza seu poder e força física, colocando a criança ou adolescente em situações para as quais não estão preparados física nem emocionalmente (Caminha, 2000a; 2000b).

O abuso sexual, para Habigzang e Caminha (2004), pode ser classificado como extrafamiliar ou intrafamiliar tendo em vista o contexto onde ocorre. Por abuso sexual extrafamiliar compreende-se situações em que a violência ocorre fora do ambiente familiar, envolvendo, geralmente, pessoas desconhecidas. O abuso sexual intrafamiliar ou incesto ocorre dentro da própria família e, em algumas vezes, na própria casa da criança. Além disso, essa violência geralmente ocorre mais de uma vez, podendo se estender por anos e é cometida por uma pessoa próxima, que assume em alguma medida a responsabilidade pelo cuidado da criança (Caminha, 2000b; Habigzang & Caminha).

O abuso sexual intrafamiliar torna-se prejudicial à criança vitimada, pois envolve uma quebra de confiança com as figuras parentais e/ou de cuidado, que, a princípio, deveriam promover segurança, conforto e bem-estar psicológico (De Antoni & Koller, 2002). Quanto mais próximo for o relacionamento entre ela e o abusador maior será o sentimento de traição (Sanderson, 2005). Essa quebra de confiança pode não envolver apenas a relação com o abusador, mas afetar também a relação com outros membros da família. Enquanto algumas vítimas encontram estratégias para evitar ou resistir à violência, outras apresentam um padrão de funcionamento caracterizado pelo desamparo aprendido como resposta à exposição continuada de violência. A experiência de violência observada ou vivida na infância passa a ser compreendida como algo incontrolável, ou ainda, natural (Renner & Slack, 2006). O abuso sexual tem sido compreendido como uma consequência de um ciclo evolutivo de conflitos e agressões entre pais e filhos, em que os limites e papéis familiares encontram-se fragilizados e invertidos (Belsky, 1980; Cohen, 2000; Forward & Buck, 1989). Numa visão sistêmica, o abuso também pode ser considerado um sintoma da crise familiar (Cohen), que reflete uma incoerência em sua estrutura e um rompimento na integridade das relações familiares (Brendler, Silver, Haber & Sargent, 1994). Nesse sentido, estes estudos indicaram que há uma dinâmica específica no funcionamento familiar, na qual crianças são vítimas de abuso sexual perpetrados pelos próprios membros ou por pessoas muito próximas. A mãe, assim como os demais envolvidos, pode ser uma pessoa que também precise de ajuda (Cohen & Mannarino, 2000; Hiebert-Murphy, 1998), pois diante da suspeita ou constatação do abuso de sua filha, pode manifestar confusão e ambigüidade (Araújo, 2002).

O abuso intrafamiliar ou incesto, segundo Forward e Buck (1989), pode ser definido legalmente ou psicologicamente. A definição legal considera apenas as relações sexuais entre indivíduos com graus próximos de parentesco. A definição psicológica é mais abrangente, pois considera qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham algum grau de parentesco ou que exercem algum papel de cuidado em relação à criança. Nessa perspectiva, o incesto pode ser cometido por padrastos, madrastas, meio-irmãos, avós por afinidade, namorados ou companheiros que morem junto com a mãe ou pai. Entre as principais características do incesto está o abuso sexual e o vínculo familiar. O incesto entre pai e filha é uma das formas mais frequentes (Cohen, 2000).

2.2. Conseqüências do abuso sexual ao longo do desenvolvimento

Uma pessoa pode experimentar a violência de três formas: como vítima, como testemunha ou como perpetrador (De Antoni & Koller, 2002; Koller, 2000). Qualquer uma destas formas pode levar a conseqüências negativas no desenvolvimento, cessando, impedindo, detendo ou retardando-o (Koller). Diversos estudos têm investigado a problemática do abuso sexual infantil, não somente quanto às repercussões psicopatológicas, mas também quanto aos vários aspectos envolvidos no tratamento de crianças e suas famílias (Cohen & Mannarino, 2000; Garbarino, Kostelny & Dubrow, 1991). Este tema também é de interesse de muitos pesquisadores nacionais (Araújo, 2002; Azevedo & Guerra, 1989; Caminha, 2000a; 2000b; De Antoni & Koller, 2002; Habigzang & Caminha, 2004).

Tanto o abuso físico como o sexual são fatores de risco para o desenvolvimento de respostas desadaptativas, não somente na infância e/ou na adolescência, mas também na adultez (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Entre as conseqüências que o abuso sexual pode acarretar às crianças e adolescentes vitimadas estão o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno Dissociativo, Transtorno Depressivo Maior, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtornos Alimentares (Belsky, 1993; Caminha, 2000a; Garbarino, Kostelny & Dubrow, 1991). Além disso, crianças e adolescentes expostos à violência sexual podem apresentar ainda comportamentos, como: sentimentos de culpa e de diferença em relação aos pares, baixa auto-estima, timidez, agressividade, medo, embotamento afetivo, isolamento, dificuldade em confiar nos outros, alterações no sono, dores abdominais, fugas de casa, mentiras, sexualidade exacerbada e desesperança em relação ao futuro (Cohen, 2000; De Antoni & Koller, 2002; Flores & Caminha, 1994; Habigzang & Caminha, 2004; Sanderson, 2005).

A literatura tem relacionado história de abuso sexual na infância ao desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta (Green, Coupe, Fernandez & Stevens, 1995; Oates, Tebbutt,

Swanston, Lynch & O'Toole, 1998; Steel, Sanna, Hammond, Whipple & Cross, 2004). As seqüelas do abuso sexual podem persistir ao longo da vida adulta e estar relacionadas a um padrão de adaptação e ajustamento caracterizados por problemas emocionais, de comportamento e nas relações interpessoais (Bolger & Patterson, 2003). Além disso, pode afetar diferentemente para alguns indivíduos o conjunto de valores e crenças sobre ser pai ou mãe, na vida adulta (Banyard, 1997; Kreklewetz & Piotrowski, 1998).

Além das seqüelas emocionais do abuso sexual, alguns estudos têm verificado a influência de fatores familiares como mediadores na manifestação dos sintomas na criança. Cohen e Mannarino (2000) concluíram que os sintomas psicológicos de crianças que sofreram abuso sexual são afetados pela cognição individual sobre o evento, mas também por fatores familiares que envolvem a estabilidade do funcionamento familiar. Manifestações de apoio, principalmente por parte da mãe, como acreditar no relato da criança ou adolescente, podem funcionar como mediadoras do impacto negativo do abuso sexual (Forward & Buck, 1989).

Elliot e Carnes (2001), numa revisão da literatura, discutiram os resultados de várias pesquisas sobre reações e interações parentais frente ao abuso sexual infantil. Uma das questões discutidas diz respeito ao fato da maioria das mães acreditar, pelo menos em parte, nas alegações da criança. Entretanto, mesmo manifestando algum crédito frente à revelação da criança, as mães podem não emitir respostas de apoio e proteção, evidenciando ambivalência ou inconsistência. Estes autores observaram, de forma freqüente nos resultados das pesquisas, que as interações entre mãe e criança eram baseadas em extremos que variavam da indulgência à punição física. Destacaram, ainda, que o apoio e a proteção dos cuidadores primários estava associado ao ajustamento emocional e comportamental das crianças abusadas sexualmente.

Pesquisas recentes apontam uma associação entre a capacidade das crianças lidarem com a experiência de abuso sexual e o fato das mães acreditarem em seus relatos e também de darem apoio (Leifer, Kilbane & Grossman, 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Nesse sentido, o apoio materno recebido pode diminuir a sintomatologia da criança vitimada, pois tem sido apontado como um mediador ou amortecedor frente aos eventos estressores, incluindo o abuso sexual (Steel et al., 2004). Por outro lado, situações de não revelação do abuso por parte da criança, remoção da criança para instituições de proteção à infância e adolescência, continuidade do contato da mãe com o abusador após a revelação da criança e, ainda, dependência financeira do companheiro abusador têm sido associadas à falta de apoio materno (Leifer et al., 2001).

Os preditores das crenças e ações de proteção maternas após a revelação de abuso sexual intrafamiliar de suas crianças foram investigados por Pintello e Zuravin (2001). As

autoras destacaram quatro preditores: 1) idade materna quando do nascimento do primeiro filho, pois o fato de terem tido filhos na idade adulta e não na adolescência contribuiu para um maior engajamento em ações protetivas e para que acreditassem no relato de abuso; 2) relacionamento e contato entre a mãe e o abusador, sendo que as mães que acreditaram e protegeram suas crianças não tinham contato ou relacionamento com o responsável pelo abuso; 3) conhecimento ou a desconfiança prévia à revelação de que algo de estranho estava acontecendo com suas crianças; 4) não emissão de comportamentos sexuais explícitos por parte da criança, pois as mães tendem a acreditar e proteger mais as crianças que não exibem comportamentos sexualizados.

O estudo de Deblinger, Steer e Lippmann (1999) examinou a relação entre fatores maternos, tais como estilo parental e algumas medidas do ajustamento psicossocial de crianças abusadas sexualmente, como, por exemplo, sintomas de TEPT e depressão. Os resultados demonstraram que crianças que percebiam comportamento de suas mães como rejeição relataram mais sintomas de depressão do que crianças que percebiam o comportamento materno como cuidadoso e afetuoso. Crianças, que percebiam o comportamento de suas mães baseados em culpa e ansiedade, apresentaram escores maiores nos sintomas de TEPT e comportamentos externalizantes. Além disso, sintomas de depressão materna foram positivamente associados a sintomas de TEPT nas crianças. Dessa forma, pais deprimidos podem apresentar energia e tolerância diminuída para lidar com seus filhos e também podem experimentar o comportamento de suas crianças como mais sintomáticos do que pais que não se apresentam deprimidos.

Leifer et al. (2001) investigaram o apoio materno em três gerações de famílias de mães que apoiavam e de mães que não apoiavam suas crianças frente à revelação do abuso. Os resultados deste estudo indicaram que um relacionamento familiar intergeracional conturbado ou sem apoio aumentava a vulnerabilidade da criança em situações de abuso, podendo exacerbar os efeitos deste.

No Brasil, Narvaz (2005) realizou um estudo de caso qualitativo com uma mãe, vítima de abuso sexual na infância, e cujas duas filhas também foram vítimas de abuso sexual. A análise da entrevista indicou que essa mãe manifestou diferentes reações frente à revelação de abuso sexual. Neste caso analisado, a mãe evidenciou descrédito ao tomar conhecimento da situação abusiva de sua filha mais velha. Entretanto, anos mais tarde, quando ocorreu o abuso da segunda filha, manifestou apoio e crédito. Esses resultados evidenciam a complexidade dos fatores envolvidos na dinâmica familiar, em situações abusivas, indicando a necessidade de uma visão contextualizada e histórica da realidade da vítima (Koller & De Antoni, 2004).

Estudos indicam que mães de crianças abusadas sexualmente, geralmente, não se configuram como as perpetradoras do abuso (Kreklewetz & Piotrowski, 1998; Leifer et al., 2004). No entanto, principalmente em situações de abuso sexual intrafamiliar, as mães estão envolvidas de alguma forma, ou por expor suas crianças a companheiros molestadores, por não oferecer cuidados básicos em relação a seus filhos, ou ainda, por passar juntamente pela situação estressora do abuso. Enquanto algumas mães vítimas de abuso sexual na infância não apresentam dificuldade em proteger suas crianças, para outras essa experiência abusiva na própria infância parece interferir em sua capacidade de evitar situações potencialmente perigosas (Kreklewetz & Piotrowski).

2.3. Mães de crianças vítimas de abuso sexual

Pesquisas têm explorado a questão das características e reações maternas em situações de abuso sexual (Alexander et al., 2000; Leifer et al., 2001; Leifer et al., 2004), sendo que alguns estudos enfocam aspectos do relacionamento mãe-criança (Kreklewetz & Piotrowski, 1998; Leifer et al., 2001; Lewin & Bergin, 2001) e outros, manifestações de sintomatologia (Green et al., 1995; Steel et al., 2004). No entanto, existem poucos estudos nacionais sobre a temática do abuso sexual que investigam características maternas (Amendola, 2004; Araújo, 2002; Farinati, Biazus & Leite, 1993; Narvaz, 2005).

Para compreender quem são as mães das meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar é importante resgatar a trajetória de vida dessas mulheres. A literatura as tem descrito como mães com histórias de vida caóticas, com abandonos e violência (Farinati et al., 1993; Padilha & Gomide, 2004), marcadas por carências afetivas, instabilidade em relação aos cuidadores primários e pouca provisão de apoio mútuo (Amendola, 2004; Farinati et al.; Leifer et al., 2001; Leifer et al., 2004).

Estudos apontam que em famílias abusivas é freqüente a presença de conflitos sexuais no casal (Amendola, 2004; Araújo, 2002; Leifer et al., 2001). As mães, de certa forma, afastaram-se da função materna e delegaram à filha o papel de mulher da casa (Farinati et al., 1993; Pfeiffer & Salvagni, 2005). Pesquisas sugerem que o próprio despreparo e desconhecimento dessas mães, no que se refere à educação sexual, propiciem uma tolerância exagerada a atos considerados bizarros e/ou violentos (Amendola; Flores & Caminha, 1994). Para Amendola (2004), a relação conjugal destas mulheres é cercada de cuidados, tanto oferecendo atenção ao companheiro como prevenindo agressões. Além disso, essas mulheres apresentam medo, dependência afetiva e financeira de seus companheiros, e são submissas às ordens da família de origem, demonstrando obediência aos pais e reproduzindo esse comportamento na relação conjugal, ao evitar confrontos.

O relacionamento com o companheiro também foi verificado no estudo de Leifer et al. (2004), sendo que mulheres, com história de abuso sexual na infância, relataram mais resultado negativo no relacionamento com o companheiro do que as que não apresentavam relato de violência sexual. Mulheres que mencionaram uma maior satisfação no relacionamento com seus companheiros também relataram menos estresse parental (Alexander et al., 2000). Além disso, entre as mulheres com história de abuso sexual na infância e que apresentavam insatisfação conjugal, foi observada maior dependência emocional no relacionamento com suas crianças, demonstrando uma inversão de papéis (Alexander et al.).

Segundo Araújo (2002), sobre a experiência de atendimento a casos de abuso sexual intrafamiliar, o fato de muitas mães não acreditarem ou mesmo punirem suas filhas pelo acontecido pode ser visto como uma forma de suportar o desmantelamento da unidade familiar e conjugal. A negação das mães pode denunciar uma postura de cumplicidade silenciosa com o agressor, freqüentemente encontrada em casais com conflitos sexuais. Entretanto, cabe ressaltar que, na maioria dos casos de abuso sexual intrafamiliar, as denúncias são efetuadas pelas próprias mães (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), que atribuem a demora ou a postergação da denúncia a sentimentos de vergonha (Kreklewetz & Piotrowski, 1998). O relatório do sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil (ABRAPIA, 2003) refere que, no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, foram realizadas 1547 denúncias sobre abuso sexual. Do total de denúncias realizadas, 54% representavam casos de abusos intrafamiliares, sendo que em 42% dos casos o pai era o principal suspeito. Em relação ao perfil das vítimas, a maioria das denúncias envolveu o sexo feminino (76%) na faixa etária entre os 12 e 18 anos (47%). Uma análise realizada em processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, por violência sexual, no período de 1992 a 1998, verificou que a denúncia do abuso sexual foi realizada pela mãe da vítima em 37,6% dos casos, pela própria vítima em 29% dos casos, por outros parentes em 15,1% e por instituições em 6,5% dos casos. Entretanto, um dado que chama a atenção é que em 61,7% dos casos alguém informou que já tinha conhecimento da situação abusiva e não denunciou. Destes casos, 55,2% a mãe era a pessoa que tinha conhecimento da violência sexual (Habigzang et al.).

O estudo de Leifer et al. (2004) teve como objetivo explorar as diferenças entre quatro grupos de mães quanto algumas áreas do funcionamento materno, como por exemplo: continuidade do relacionamento de apego na infância com cuidadores primários, percepção do relacionamento na infância com sua mãe, estilo de apego adulto, consistência e estabilidade do relacionamento adulto heterossexual, experiência adulta de vitimização sexual e/ou física,

abuso de substância e sintomatologia relacionada ao trauma. As mães e suas crianças foram divididas em quatro grupos, a saber: a) mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que não foram vítimas de abuso sexual; b) mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que foram vítimas de abuso sexual; c) mães, sem história de abuso sexual na infância, de crianças que não foram vítimas de abuso sexual e d) mães, sem história de abuso sexual na infância, de crianças que foram vítimas de abuso sexual. Os resultados indicaram que mães abusadas sexualmente durante a infância apresentaram um rompimento maior com seus cuidadores primários do que aquelas mães que não tinham história de abuso sexual. As autoras observaram, ainda, que mães com história de abuso sexual na infância, com crianças que foram abusadas sexualmente, relataram um tempo menor de convivência com suas próprias mães do que mães sem história de abuso sexual, mas com crianças que sofreram abuso sexual. Esses resultados confirmaram os encontrados em um estudo anterior (Leifer et al., 2001).

Em relação à percepção do relacionamento na infância com suas próprias mães, a pesquisa de Leifer et al. (2004) verificou que 63% do grupo de mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que não foram vítimas de abuso sexual, e 43% do grupo de mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que foram vítimas de abuso sexual relataram um relacionamento negativo ou inconsistente com sua própria mãe durante a infância significativamente mais freqüente do que os outros dois grupos de mães. Sobre o estilo de apego adulto, mães com história de abuso sexual na infância relataram mais apego inseguro do que seguro, quando comparadas a mães sem história de violência sexual. Além disso, mães com história de abuso sexual na infância, com crianças que foram abusadas sexualmente, relataram menos apego seguro e mais apego evitativo quando comparadas ao grupo de mães sem episódio de abuso sexual na infância (Leifer et al., 2004).

Estudos apontam que estas mães vivem uma situação de confusão e ambigüidade diante da situação de extrema violência, à qual suas crianças foram submetidas, sendo que, muitas vezes, preferem “fechar seus olhos” ao que está sendo explicitado (Amendola, 2004; Farinati et al., 1993). Os sentimentos em relação à filha mostram-se ambivalentes, ao mesmo tempo sentem raiva e ciúmes, e sentem-se culpadas por não tê-las protegido (Araújo, 2002). As interações afetivas com as crianças, nesse contexto, podem se dar de forma distante e ambivalente (Padilha & Gomide, 2004).

Mães com história de abuso sexual na infância podem re-experienciar sua própria vivência passada quando tomam conhecimento sobre o abuso sexual de suas crianças (Green et al., 1995; Hiebert-Murphy, 1998; Leifer et al., 2004). O maior sofrimento emocional apresentado por essas mães pode ser um reflexo do efeito do abuso a longo prazo ou também

dos sentimentos de culpa por não terem conseguido proteger seus filhos (Oates et al., 1998). Além disso, questões que envolvem todos os aspectos da revelação do abuso, como por exemplo: se houve revelação para a família ou não, se as pessoas para as quais o abuso foi revelado acreditaram ou não e se houve apoio por parte da família são importantes para entender todo contexto do abuso sexual vivido pela mãe e sua conseqüente manifestação de sofrimento emocional ao tomar conhecimento do abuso sexual de sua criança (Hiebert-Murphy).

Poucos estudos têm investigado aspectos específicos relacionados às características ou ao ajustamento emocional em mães de meninas abusadas sexualmente (Amendola, 2004; Oates et al., 1998). Ao analisarem a dinâmica das relações no abuso intrafamiliar, Forward e Buck (1989) descreveram a figura materna como uma cúmplice silenciosa ou como uma pessoa ativamente envolvida. Com relação às mães que silenciam diante dos pequenos sinais e comunicações do abuso sexual de suas filhas, os autores destacaram o abandono emocional da família. Esse abandono ocorre de forma sutil, na medida em que gradualmente a filha assume a responsabilidade pela manutenção da casa, sendo que a transferência de papéis sexuais surge como conseqüência dessa dinâmica. As mães que se encontravam envolvidas de forma ativa no incesto de suas filhas demonstraram ser dependentes, além de apresentarem hostilidade em relação à filha. Para Forward e Buck, há algumas situações em que as mães são forçadas a participarem do ato abusivo, sendo ameaçadas de violência ou de abandono. Os autores observaram, nesses casos, a dependência e passividade da mãe e uma capacidade para tolerar qualquer abuso praticado contra si mesma e contra seus filhos.

Entre as características de personalidade de mães de crianças abusadas sexualmente apontadas no estudo de Amendola (2004) estavam presentes: permissão para outros tomarem a maioria das importantes decisões, subordinação de suas necessidades às dos outros, relutância em fazer exigências às pessoas das quais dependem, medo exagerado da solidão e de ser abandonada, capacidade limitada de tomar decisões e percepção de desamparo e de incompetência. Essas características sugerem uma dependência emocional evidenciada pela necessidade de estar ligada à determinada pessoa. Assim, situações de violência, como conviver com companheiros agressivos ou abusivos, podem ser toleradas por um longo período de tempo, tendo em vista a necessidade de manter essa ligação.

Muitas das características que mães de meninas abusadas sexualmente apresentam podem também estar associadas a aspectos depressivos. A depressão materna tem sido foco de muitos estudos, não somente pelo fácil acesso dos pesquisadores a essa população, seja na clínica ou na comunidade, como também porque são as mulheres que geralmente assumem os cuidados primários das crianças (Hammen, 2003).

Lewin e Bergin (2001) ao comparar história de abuso sexual, níveis de depressão e ansiedade em mães com crianças vítimas de abuso sexual não encontraram diferença significativa quanto aos dois grupos: mães com e sem história de abuso sexual na infância. Os resultados indicaram que ambos os grupos apresentaram elevados níveis de depressão e ansiedade. Uma das justificativas apontadas consiste no impacto do processo de investigação do abuso de suas crianças. Ou seja, a intensidade emocional de uma ameaça iminente às suas crianças pode ter sido forte o suficiente para elevar os escores de depressão e ansiedade até mesmo nas mães que não tinham histórias de violência sexual na infância. Entretanto, quando os dados foram comparados a um outro grupo de mães, cujos filhos não haviam sido abusados sexualmente, os resultados em relação aos escores de depressão e ansiedade foram significativamente diferentes. Mães de crianças abusadas sexualmente apresentaram níveis mais altos de depressão e ansiedade e uma diminuição na sensibilidade, na cooperação, na aceitação e na acessibilidade durante a interação com suas crianças.

A depressão materna, portanto, pode diminuir a energia física necessária para manter atenção ou supervisão na interação com a criança (Lewin & Bergin, 2001). Hiebert-Murphy (1998) também comparou a presença de história de abuso sexual na infância em mães com filhos abusados sexualmente e os resultados apontaram que as mães que experienciaram abuso sexual durante a infância relataram maior sofrimento emocional do que aquelas que não tinham relatado história de abuso sexual. A depressão materna comumente ocorre associada com variáveis pessoais e ambientais, as quais podem atuar como mediadoras ou moderadoras do impacto da depressão, ou ainda podem ser consideradas fatores causais de respostas desadaptativas nas crianças (Hammen, 2003). É importante destacar que a ocorrência de depressão está relacionada a um modelo multicausal, dentro de um contexto de fatores de risco correlacionados.

Algumas mães podem apresentar sintomas de TEPT, como memórias intrusivas de sua própria experiência de abuso sexual na infância, sintomas de depressão e ansiedade após a revelação de abuso sexual de suas filhas (Green et al., 1995). Esses resultados também são compartilhados pela pesquisa de Leifer et al. (2004), na qual mulheres com história de abuso sexual na infância e com crianças abusadas apresentaram um resultado maior na escala de sintomatologia que avaliava dissociação, ansiedade, depressão, trauma do abuso sexual, distúrbio de sono e problemas sexuais. Além disso, também verificaram que essas mães relataram maior uso drogas do que mães com crianças sem história de abuso sexual.

Para Amendola (2004), mães de crianças, que experienciaram o abuso sexual intrafamiliar, podem se apresentar dependentes, deprimidas, ou ainda, manifestar TEPT como resposta à situação de estresse. Essa resposta pode ocorrer de forma aguda ou crônica frente à

situação de testemunhar ou ser informada sobre o abuso sexual de sua criança. Entre os sintomas típicos que podem se manifestar, destaca-se: a revivência da situação traumática, a sensação de entorpecimento, o medo e a evitação de atividades que recordem essa experiência.

Uma pesquisa qualitativa, através de estudo de caso, realizada por Green et al. (1995), com mães de meninas abusadas sexualmente, verificou que todas quatro entrevistadas desenvolveram sintomas de TEPT após a revelação de abuso sexual de suas filhas, apresentando ainda comorbidades, como sintomas de depressão. Todas as mães relataram experiência de abuso sexual intrafamiliar, sendo que duas engravidaram e nenhuma revelou à família suas experiências de abuso sexual. Algumas dessas mães re-experienciaram a própria vivência passada quando tomaram conhecimento sobre o abuso sexual de suas crianças (Green et al.).

Mulheres, que tiveram experiência de abuso sexual na infância, apresentaram maiores níveis de insatisfação com elas mesmas enquanto mães e também maior uso de estratégias físicas para resolver conflitos com as crianças (Banyard, 1997). Segundo os resultados da pesquisa de Cohen (1995), a qual comparou habilidades parentais em mães com e sem história de abuso sexual na infância, foi observado que o abuso influenciou, em certa medida, a percepção de habilidades relacionadas à maternidade. Os resultados sugerem uma dificuldade das mães em manter uma comunicação livre e aberta com suas crianças. Entretanto, há mães que mesmo tendo sido abusadas sexualmente na infância conseguem romper esse ciclo de violência, protegendo suas crianças e apresentando resiliência (Leifer et al., 2004).

2.4. Multigeracionalidade

Várias pesquisas, ao investigarem a questão da multigeracionalidade em mães de crianças vítimas de abuso sexual, indicaram que freqüentemente as mães relataram histórias de abuso na infância (Hiebert-Murphy, 1998; Oates et al., 1998). Noventa mulheres, com crianças entre cinco e oito anos, foram entrevistadas sobre história de abuso sexual na infância e 22% responderam que sofreram algum tipo de abuso sexual durante a infância. A ocorrência de abuso físico por parte do pai também foi investigada e foi observado que as mulheres com experiência de abuso sexual na infância relataram significativamente mais abuso físico do que aquelas sem história de abuso sexual. O abuso sexual foi cometido em 25% dos casos pela figura paterna, em 12,5% por um irmão, em 25% por algum parente, em 25% por algum amigo da família e em 12,5% por um estranho. Esses resultados indicaram uma ocorrência maior, nesta amostra, de abuso sexual intrafamiliar (Alexander et al., 2000).

Num estudo com 102 mulheres atendidas em uma clínica de atendimento a situações de violência, que tinham filhos com revelação de abuso sexual nos últimos doze meses, Hiebert-Murphy (1998) identificou que 74% destas mães revelaram ter pelo menos uma experiência de abuso sexual durante a infância e adolescência. Destas, 22% experienciaram abuso na infância, 22% na adolescência e 30% tanto durante a infância como na adolescência. Esses resultados podem ser comparados com os do estudo de Oates et al. (1998), realizado na Austrália, no qual 34% das mães de crianças abusadas sexualmente relataram história de abuso sexual na própria infância e 12% das mães de crianças que não haviam sido abusadas sexualmente relataram abuso sexual na própria infância. Dessa forma, foi observada a presença da multigeracionalidade da violência, em especial do abuso sexual, e uma tendência para a ocorrência de abuso sexual na próxima geração. Ou seja, mães que foram abusadas sexualmente em sua própria infância podem apresentar um fator de risco maior para o envolvimento com companheiros abusivos, mantendo, portanto, o ciclo da violência (Flores & Caminha, 1994; Oates et al., 1998). Também, mulheres que durante a infância sofreram abuso sexual podem se tornar mais vulneráveis para estabelecer relações conjugais abusivas, comprometendo de certa forma a capacidade de protegerem a si próprias e às suas filhas do abuso sexual (Narvaz, 2005).

Entretanto, ressalta-se que tais estudos verificaram a incidência de história materna de abuso sexual, mas não investigaram questões específicas da manutenção do ciclo de violência. De modo geral, a multigeracionalidade pode ser compreendida como a possibilidade do adulto reproduzir com crianças da família as experiências de violência vividas em sua própria infância. Nesses casos, as experiências de violência abrangem também o abuso físico, emocional, negligência e abandono (Newcomb & Locke, 2001). Embora algumas pesquisas evidenciem a repetição de um padrão de relacionamento entre gerações, é necessário destacar que não se trata de um padrão de relacionamento determinista ou universal. Ou seja, o fato de uma criança ser vítima de qualquer forma de maltrato infantil, não significa que, quando adulta, irá repetir tal comportamento com seus filhos, por exemplo. No entanto, há possibilidade desse comportamento aprendido na infância ser repetido com as próximas gerações.

Segundo Kreklewitz e Piotrowski (1998), poucas pesquisas têm focado sobre fatores que contribuem para re-ocorrência ou para o rompimento do sistema de abuso. O estudo dos efeitos do incesto sobre a maternidade, especialmente considerando os comportamentos protetivos com relação às suas crianças, é uma importante área de estudo, pois contribui para uma compreensão sobre o rompimento desse ciclo de abusos. Uma forma de examinar o ciclo intergeracional do maltrato infantil é estudar as experiências de abuso sobre as práticas

parentais (Newcomb & Locke, 2001). Para que se interrompa a revitimização ou a continuidade do abuso, as distorções de relacionamento familiar necessitam ser avaliadas e tratadas (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

O impacto do abuso sexual na infância sobre vários indicadores do funcionamento do papel parental em adultos foi examinado no estudo de Banyard (1997). Foi observado que o abuso sexual na infância estava relacionado a resultados parentais negativos em termos de sentimento sobre si mesmo como pais e ao uso de estratégias físicas para resolver conflitos com as crianças.

Newcomb e Locke (2001) investigaram a associação entre maltrato na infância e práticas parentais em adultos. Os resultados indicaram que, para as mães, a experiência de abuso sexual na infância conduziu a um estilo parental caracterizado pela agressividade. Para os autores, a modelação e o reforço são aspectos importantes na internalização dos comportamentos parentais e no ciclo de transmissão intergeracional da violência.

2.5. Considerações finais

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um fenômeno multicausal com repercussões significativas ao longo da vida. A revelação do abuso, geralmente, envolve alterações na dinâmica familiar e provoca uma quebra de confiança da criança com as figuras parentais. Assim, a situação familiar precisa ser bem investigada, procurando-se esclarecer a participação de outros membros na manutenção do abuso, assim como a presença de conivência e negligência (Pfeiffer & Salvagni, 2005). É importante que, ao se analisar tal situação, todos os aspectos sejam considerados para uma melhor compreensão da dinâmica do abuso. Essa compreensão pode evitar rotulações *à priori* de qualquer membro da família, especialmente da mãe, a qual muitas vezes é acusada de cumplicidade, permitindo entendê-la como parte desse fenômeno e como alguém que também precisa de ajuda. Em casos de abuso sexual intrafamiliar, os procedimentos de avaliação e terapêuticos devem ser ampliados aos demais membros da família (Habigzang et al., 2005; Padilha & Gomide, 2004).

A respeito das características de mães de crianças abusadas sexualmente observam-se duas posições: uma, na qual a mãe é vista como cúmplice (Araújo, 2002; Farinati et al., 1993; Forward & Buck, 1989) e outra, na qual é percebida como protetora, na medida em que denuncia e mantém-se ao lado da criança (Pintello & Zuravin, 2001). Para Pintello e Zuravin (2001), a concepção de que as mães de crianças abusadas sexualmente são resistentes, culpadas e despreocupadas não pode ser generalizada. Pelo contrário, os resultados da pesquisa que realizaram indicaram que a maioria das mães entrevistadas acreditou e providenciou ações de proteção a suas crianças. Os estudos indicam que essas duas posições e

atitudes maternas existem (Amendola, 2004), sendo que uma mesma mãe pode estar numa ou em outra posição em diferentes momentos de sua vida (Narvaz, 2005).

Vários são os fatores que contribuem para as reações maternas diante da revelação do abuso sexual de suas crianças. As vivências de violência na família de origem, a re-vivência do abuso sexual sofrido na infância, a falta de modelos de família protetiva e apoio familiar, o desejo de ter uma família e mantê-la unida e a dependência emocional e financeira do companheiro são alguns dos fatores que podem contribuir para a minimização do abuso e, conseqüentemente, para uma atitude não apoiadora (Amendola, 2004; Araújo, 2002; Narvaz, 2005). A postura adotada por uma mãe diante dessa situação revela aspectos de sua própria história de vida, assim como as representações que tem sobre família. De acordo com alguns estudos apresentados, tanto nacionais (Amendola; Araújo; Farinati et al., 1993; Narvaz) quanto internacionais (Leifer et al., 2001; Leifer et al., 2004), muitas destas mães vivenciaram a violência quando crianças, na forma de negligência, abandono, abuso físico ou até mesmo sexual. Observa-se a continuidade de um padrão de relacionamento que de alguma forma é transmitido e repetido no relacionamento conjugal e nas interações com as crianças (Alexander et al., 2000; Banyard, 1997).

Estudos apontam sintomas psicológicos em mães que tomaram conhecimento do abuso sexual de suas crianças, como, por exemplo, sintomas de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (Green et al., 1995; Hiebert-Murphy 1998; Lewin & Bergin, 2001). Nesse sentido, um aspecto que pode atuar como um moderador frente à situação de ter uma criança vítima de abuso sexual é a rede de apoio. A rede de apoio social e afetiva proporciona reforço a estratégias de enfrentamento e um ambiente acolhedor (Brito & Koller, 1999). Além disso, tem sido mencionada como um mediador (amortecedor) frente aos eventos estressores, incluindo o abuso sexual na infância (Steel et al., 2004).

O conhecimento sobre o ajustamento emocional de mães de crianças vítimas de abuso sexual é de grande importância para a formação de profissionais que atuam diretamente em ações de acolhimento e intervenção nestas situações. No entanto, estudos empíricos nessa área têm recebido críticas relacionadas aos aspectos metodológicos. Entre elas, pode-se destacar a utilização de amostras muito reduzidas, o que exige precauções quanto à generalização dos resultados (Cohen, 1995; Kreklewetz & Piotrowski, 1998; Leifer et al., 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Além disso, o grande número de variáveis envolvidas nestes casos dificulta a determinação dos fatores preditores do abuso sexual. Para um maior controle destes aspectos, Cohen (1995) destaca que, para estudos futuros, devem ser investigados grupos clínicos e não clínicos, de mulheres com e sem história de abuso sexual na infância e aleatoriamente selecionadas na comunidade. Kreklewetz e Piotrowski (1998) também apontam a importância

de estudos que focalizem a confiança, a percepção das crianças quanto às práticas educativas maternas e à flexibilidade no estabelecimento de limites durante a adolescência. Leifer et al. (2001) chamam atenção, ainda, para o cuidado com a validade das informações em pesquisas com auto-relatos retrospectivos, tendo em vista que, muitas vezes, a veracidade das informações não pode ser garantida.

Além dos cuidados com os aspectos metodológicos na generalização dos resultados, as pesquisas na temática da violência sexual devem considerar o contexto social, onde os participantes estão inseridos. Para compreender melhor esse fenômeno, é necessário reconhecer que mães de crianças vítimas de abuso sexual, com ou sem história de abuso na infância, estão frequentemente lidando com um contexto social caracterizado por pobreza, violência familiar e falta de recursos e apoio. A situação de pobreza, que inclui condições de moradia e de alimentação precárias, bem como a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, expõe estas famílias a uma situação de maior vulnerabilidade. Entretanto, de acordo com De Antoni, Barone e Koller (2006), a vulnerabilidade social, como a situação de pobreza, não está necessariamente atrelada ao desenvolvimento de comportamentos vulneráveis nas interações familiares, como a violência intrafamiliar e o abuso sexual. Sabe-se que a violência está presente em diferentes contextos socioeconômicos, mas muitas vezes as famílias encontram recursos internos e externos para modificar esta realidade e apresentar respostas mais adaptativas, superando as desvantagens impostas pela sua situação socioeconômica.

Para uma análise de pesquisas sobre o abuso sexual infantil é importante, portanto, que muitos aspectos possam ser considerados, numa visão mais sistêmica, incluindo desde o contexto social de inserção destas famílias, suas relações com a comunidade, as características das pessoas envolvidas e suas vivências anteriores, entre outras, de forma mais integrada. Estudos específicos sobre as mães de vítimas de abuso são necessários, considerando-se a importância de seu papel na dinâmica familiar e no bem-estar das crianças, na medida em que representam a principal rede de apoio. Dessa forma, destaca-se a necessidade de estudos longitudinais, que enfoquem a trajetória de vida das mães de crianças abusadas sexualmente e a dinâmica de funcionamento destas famílias, observando as relações entre as diferentes gerações. Este conhecimento pode contribuir para a implementação de trabalhos preventivos, que possam ajudar as pessoas a saírem ou interromperem estes ciclos de violência nos quais estão inseridas, e, assim, diminuir os efeitos psicossociais que a violência sexual traz às crianças e suas famílias.

CAPÍTULO III

Reações maternas: O limite entre encobrir e amparar no contexto do abuso sexual infantil²

Resumo

A literatura tem indicado que mães de crianças vítimas de abuso sexual, ao tomarem conhecimento da situação de abuso de suas filhas, podem apresentar uma variedade de manifestações, que podem incluir ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Além disso, a reação frente à revelação pode ser de apoio e proteção ou, ainda, de evitação, indiferença ou ambivalência. Este estudo teve como objetivo investigar como mães de meninas abusadas sexualmente reagiram quando tomaram conhecimento do abuso. Foram entrevistadas dez participantes, que estavam sendo acolhidas em serviços especializados em situações de violência, em hospital público de Porto Alegre. As reações maternas foram classificadas em positivas e ambivalentes. A maioria das mães acreditou no relato das filhas e denunciou o abuso, embora nem todas tenham sido protetivas no sentido de afastar suas filhas do abusador ou de imediatamente procurar ajuda e realizar denúncia. Discutem-se os fatores que contribuíram para as reações maternas.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; reações maternas; dinâmica familiar.

Reaction's mothers: The limit between to conceal and to support in the context of the child sexual abuse

Abstract

Literature has indicated that mothers of children victims of sexual abuse, when taking knowledge of the situation of abuse of their children, can present a variety of manifestations that can include anxiety, depression and post-traumatic stress disorder. Moreover, the reaction can be of support and protection or, still, of avoidance, indifference or ambivalence when facing disclosure of the abuse. The aim of the study was to investigate how mothers of sexually abused girls had reacted when they had taken knowledge of the abuse. Ten participants who were being sheltered at a specialized service for victims of domestic violence and sexual assault, in a public hospital of Porto Alegre were interviewed. The mother's reactions were classified in positive and ambivalent. The majority of the mothers believed the report of the children and denounced the abuse, although not all had been protective in the

² Este artigo foi submetido à Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa.

sense of keeping their children safe from the abuser or immediately looking for help and carrying out the denunciation. The factors that contribute to mother's reactions are discussed.

Keywords: Child sexual abuse; mother's reaction; family dynamics.

3.1. Introdução

A literatura tem descrito o abuso sexual como um problema de saúde pública, com repercussões sociais, emocionais e cognitivas significativas que podem se manifestar a curto e longo prazo (Gonçalves & Ferreira, 2002; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Reppold et al., 2002). Alguns estudos têm definido o abuso sexual infantil como qualquer toque genital ou comportamento sexual forçado ou imposto, através de ameaça ou força física, a uma criança ou adolescente, no qual o perpetrador tenha pelo menos cinco anos a mais do que a vítima (Alexander et al., 2000; Leifer et al., 2004). O abuso sexual pode ainda ser compreendido como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. Apresenta-se sob forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. O abuso sexual pode ainda envolver situações de estupro e exploração sexual, visando lucros, como é o caso da pornografia. O abusador tem por intenção estimular a criança sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual (Azevedo & Guerra, 1989; SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/MJ, 2001).

Em um estudo, realizado em escolas da rede pública de Porto Alegre/RS, Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker e Gammerman (2003) identificaram que 2,3% dos adolescentes entrevistados foram vítimas de abuso sexual, 4,5% relataram ter sido testemunha de algum tipo de violência sexual e 27,9% afirmaram conhecer alguém que já passou por essa situação. Habigzang et al (2005) analisaram 71 expedientes de processos sobre violência sexual, relativos ao período de 1992 a 1998, observando que a maioria das crianças vítimas era do sexo feminino e que a idade do início dos abusos concentrou-se na faixa etária entre os cinco e dez anos (36,2%). Em 94,6% dos casos analisados, os abusadores tinham uma relação afetiva ou de confiança com a vítima, pois eram pais biológicos, adotivos ou padrastos.

O contexto onde ocorre o abuso sexual tem sido um aspecto importante a ser considerado na avaliação dessas situações. Nesse sentido, o abuso sexual pode ser categorizado como extrafamiliar ou intrafamiliar (Habigzang & Caminha, 2004). Geralmente, as situações de abuso sexual extrafamiliar são de episódio único, caracterizadas por estupro

ou pornografia infantil. Na maioria destes casos, o abusador é uma pessoa desconhecida. Já o abuso sexual intrafamiliar apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, inicia-se sutilmente e, conforme o abusador adquire a confiança da vítima, os contatos sexualizados tornam-se gradualmente mais íntimos, podendo variar desde um afago até relação sexual genital, oral ou anal (Caminha, 2000a; De Antoni & Koller, 2002; Pires, 2000). Na sua maioria, o abuso sexual intrafamiliar não deixa marcas físicas nas vítimas e é perpetrado por pessoas diretamente ligadas à criança e que exercem algum poder sobre elas (De Antoni & Koller; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Pires). Para Jonzon e Lindbland (2004), o fato do abuso sexual ser realizado sem o uso de força ou violência física está relacionado à questão da lealdade e da confiança. O abusador, por ser alguém próximo à criança e geralmente uma pessoa na qual ela confia, utiliza essa relação para obter segredo. Além disso, a dependência em relação ao abusador também favorece o sigilo.

3.2. A mãe no contexto do abuso sexual infantil

A mãe da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar encontra-se tão envolvida nessa situação quanto a própria criança vítima ou o abusador, podendo experimentar a violência de três formas: como vítima, como testemunha ou como perpetradora (De Antoni & Koller, 2002). Na maioria das situações de abuso sexual, a mãe não é identificada como perpetradora do abuso (Kreklewetz & Piotrowski, 1998), mas como alguém para quem freqüentemente a situação é revelada.

Quanto à denúncia, o estudo de Habigzang et al. (2005) identificou que a violência sexual foi denunciada pela mãe da vítima em 37,6% dos casos, pela própria vítima em 29% dos casos, por outros parentes, em 15,1%, e, por instituições, tais como, escola, hospital e departamento de polícia em 6,5% dos casos. Entretanto, em 61,7% dos casos, alguém informou que já sabia da situação abusiva e não denunciou. Destes casos, as pessoas que tinham conhecimento anterior da violência eram a mãe (55,2%), irmãos (54,3%), parentes (22,4%), pai (5,2%), escola (1,7%) e outros (10,3%). Se por um lado, algumas mães apresentam comportamentos de proteção, denunciando e emitindo apoio após a revelação do abuso sexual, por outro, algumas se mantêm vulneráveis, apresentam resistência em dar crédito ao relato de suas filhas, e podem, ainda, se manter sob o domínio dos abusadores.

Várias são as reações maternas frente à notícia de abuso sexual de suas filhas, algumas mães podem experimentar depressão, ansiedade ou transtorno de estresse pós-traumático (Green et al., 1995; Leifer et al., 2004; Lewin & Bergin, 2001). Mães que tinham sido abusadas sexualmente na infância podem reagir com maior sofrimento ao abuso de suas crianças, tendo em vista sentimentos de culpa, vergonha e baixa-estima (DiLillo & Damashek,

2003). Entretanto, algumas reações que têm sido estudadas dizem respeito a manifestações de crédito e apoio diante do relato de abuso sexual (Jonzon & Lindbland, 2004). Estudos apontam para a importância do apoio familiar na redução dos sintomas em vítimas de abuso sexual (Cohen & Mannarino, 2000; Forward & Buck, 1989; Leifer et al., 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Pesquisas recentes indicam uma associação entre a capacidade das crianças lidarem com a experiência de abuso sexual e o fato das mães acreditarem em seus relatos e também de darem apoio (Leifer et al., 2001; Pintello & Zuravin, 2001). O apoio social tem sido compreendido como um mediador ou amortecedor frente aos eventos estressores, incluindo o abuso sexual (Steel et al., 2004).

Respostas positivas e de apoio das mães têm sido frequentemente caracterizadas por empatia e crédito ao relato da vítima, enquanto que respostas negativas e não apoiadoras têm sido associadas a sentimentos de culpa, negação, minimização ou até mesmo abandono da criança (Jonzon & Lindbland, 2004). Segundo alguns estudos revisados por DiLillo e Damashek (2003), sobre mulheres com história de abuso sexual na infância, existem duas tendências a respeito das características parentais. Uma das tendências indica que mães com história pessoal de abuso sexual na infância podem com maior facilidade acreditar no relato de suas crianças e protegê-las de futuras revitimizações. Entretanto, a outra tendência aponta que a notícia do abuso de suas crianças pode desencadear sofrimento materno relacionado a sua própria história de abuso sexual, o qual pode interferir em ações de apoio e proteção a suas crianças. Situações de não revelação do abuso por parte da criança, remoção da criança para instituições de abrigo, continuidade do contato da mãe com o abusador após a revelação da criança e, ainda, dependência financeira do companheiro abusador têm sido associadas à falta de apoio materno (Leifer et al., 2001).

Crianças que percebem reações negativas e não apoiadoras, por parte das pessoas para as quais confiaram e relataram a situação de abuso, tendem a apresentar um maior sofrimento (Berliner & Conte, 1995). Crianças podem receber mensagens de culpa pelo ocorrido, não somente pelos abusadores, mas também por familiares (Back & Lips, 1998). Se o abusador não for uma pessoa próxima à vítima, geralmente pode ser mais fácil para algumas pessoas acreditarem no relato e intervirem (Jonzon & Lindbland, 2004). Três gerações de famílias foram investigadas a respeito das diferenças entre mães que apoiavam e mães que não apoiavam suas crianças frente à revelação do abuso. Os resultados deste estudo indicaram que um relacionamento familiar intergeracional conturbado ou sem apoio aumenta a vulnerabilidade da criança em situações de abuso, podendo exacerbar os efeitos deste (Leifer et al., 2001).

O estudo de Jonzon e Lindbland (2004) investigou a questão da revelação, reação e apoio social em situações de abuso sexual na infância. Quanto à revelação, os resultados apontaram que algumas mulheres haviam comunicado o abuso para algum adulto durante a infância, enquanto outras somente o fizeram na adultez. No entanto, a revelação do abuso durante a infância não funcionou como uma ação protetiva para algumas mulheres, pois os abusos continuaram ocorrendo. Nesses casos, sentimentos de desamparo, por exemplo, podem ter possibilitado essa contínua exposição ao abuso, assim como a outros abusadores.

As reações diante da revelação do abuso foram identificadas por Jonzon e Lindbland (2004) e classificadas como reações positivas, negativas e neutras, em cinco dimensões cada uma. As reações positivas foram caracterizadas por sentimentos de raiva em relação ao perpetrador e pena e tristeza em relação à vítima; por atitudes de empatia, como sensibilidade para escutar, calma e aceitação; por atitudes de credibilidade no relato da vítima; por atitudes ativas durante o relato, como encorajar a vítima a falar, oferecer ajuda e apoio; e por ações como confrontar o abusador, fazer parar o abuso ou afastar o abusador, por exemplo. As reações negativas foram caracterizadas por sentimentos de raiva em relação à vítima, apavoramento ou curiosidade sexual; por atitudes evitativas, como não querer escutar, incompreensão e insensibilidade; por atitudes de dúvida quanto ao relato da vítima; por atitudes ativas durante o relato, como aconselhar a vítima a não contar, não oferecer ajuda e apoio, minimizar o abuso; e por ações como não manter contato com a vítima. As reações neutras foram identificadas por respostas emocionais e atitudes de indiferença ou, ainda, por ambivalência quanto ao relato de abuso sexual. Foi observada uma frequência maior de reações positivas, tanto nas revelações realizadas na infância (52%) quanto na fase adulta (85%). A mãe foi a primeira pessoa para a qual as participantes, na infância, contaram sobre o abuso, sendo que 33% destas emitiram reações positivas.

Para Jonzon e Lindbland (2004), a demora para revelar o abuso foi associada a dois fatores: idade quando ocorreu o abuso e uso de violência. Ou seja, quanto mais jovem a criança e quanto maior o uso de violência, mais difícil se torna para a vítima revelar essa situação. Além disso, variáveis como duração do abuso, uso de violência e número de perpetradores foram associadas a reações negativas diante da revelação do abuso. Assim, quanto maior a exposição ao abuso, o uso de violência e o número de abusadores, maiores as chances de o relato ser recebido negativamente, porque, para alguns, tais aspectos indicam que a vítima não fez nada para que essa situação fosse interrompida (Jonzon & Lindbland).

Elliot e Carnes (2001), numa revisão da literatura, discutiram os resultados de várias pesquisas sobre reações e interações parentais frente ao abuso sexual infantil. Uma das questões discutidas diz respeito ao fato da maioria das mães acreditarem, pelo menos em

parte, nas alegações da criança. Entretanto, mesmo manifestando algum crédito frente à revelação da criança, as mães podem não emitir respostas de apoio e proteção, evidenciando ambivalência ou inconsistência. Foi observado, de forma freqüente nos resultados das pesquisas, que as interações entre mãe e criança eram baseadas em extremos que variavam da indulgência à punição física. Estes autores, através dos estudos revisados, destacaram que o apoio e a proteção dos cuidadores primários estavam associados ao ajustamento emocional e comportamental de crianças abusadas sexualmente.

Os preditores das crenças e ações de proteção maternas após a revelação de abuso sexual intrafamiliar de suas crianças foram investigados por Pintello e Zuravin (2001). As autoras destacaram quatro preditores: 1) idade materna quando do nascimento do primeiro filho, pois o fato de terem tido filhos na idade adulta e não na adolescência contribuiu para um maior engajamento em ações protetivas e para que acreditassem no relato de abuso; 2) relacionamento e contato entre a mãe e o abusador, sendo que as mães que acreditaram e protegeram suas crianças não tinham contato ou relacionamento com o responsável pelo abuso; 3) conhecimento ou a desconfiança prévia à revelação de que algo de estranho estava acontecendo com suas crianças; 4) não emissão de comportamentos sexuais explícitos por parte da criança, pois as mães tendem a acreditar e proteger mais as crianças que não exibem comportamentos sexualizados.

Dessa forma, tendo em vista a importância de explorar aspectos relacionados à figura materna em situações de abuso sexual infantil e de compreender as diferentes manifestações emocionais e comportamentais das mães diante da notícia de abuso sexual de suas filhas, o presente estudo investigou as reações de mães de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar ao tomarem conhecimento do fato.

3.3. Método

3.3.1. Participantes

Participaram deste estudo dez mães de meninas que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar e que estavam sendo acolhidas ou atendidas por serviços especializados em situações de violência de um hospital da rede pública de saúde de Porto Alegre. As idades das mães variaram entre 24 e 40 anos ($m=32,8$; $DP=5,59$) e a escolaridade entre ensino fundamental e superior incompleto.

As participantes foram indicadas pela equipe técnica do hospital, tendo em vista os seguintes critérios: ser mãe de vítima de abuso sexual intrafamiliar, não ser caracterizada como perpetradora do abuso, e já ter transcorrido um mês desde a notificação junto aos setores especializados em acolher as denúncias de abuso sexual.

3.3.2. Instrumentos e procedimentos

Neste estudo, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas (Anexo A) com o objetivo de investigar, além de dados sócio-demográficos e características relacionadas ao abuso, reações maternas diante da revelação de abuso sexual de suas filhas. As entrevistas foram realizadas na própria instituição, onde as participantes estavam recebendo orientações e atendimentos, em pelo menos duas sessões com duração média de uma hora.

Os cuidados éticos referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados, atendendo à Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e à Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do hospital. Foi solicitado o Termo de Concordância da Instituição (Anexo B) ao hospital, autorizando a realização da pesquisa, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) a cada participante.

O bem-estar das mães durante as entrevistas foi observado, tendo em vista que algumas questões relacionadas às experiências do abuso poderiam desencadear desconforto psicológico. De fato, algumas participantes se emocionaram durante a entrevista, tendo recebido apoio da pesquisadora. Além disso, algumas mães expressaram satisfação por poder compartilhar suas experiências, demonstrando sentirem-se beneficiadas por participar da pesquisa.

3.4. Resultados e discussão

Serão apresentadas as características sóciodemográficas das participantes levantadas através da entrevista semi-estruturada e, posteriormente, as categorias relacionadas às reações maternas, a partir da análise de conteúdo de Bardin (1979). As características sociodemográficas, assim como das situações de violência dos casos estudados são apresentadas na Tabela 1.

Em relação à situação conjugal cinco mães estavam casadas no momento da entrevista. Destas, três estavam no primeiro casamento, uma no segundo e uma no terceiro, sendo que apenas nesse último caso, o abusador havia sido companheiro anterior da mãe. Em relação às outras cinco participantes, quatro estavam separadas e uma viúva. Duas participantes relataram como motivação para a separação a violência física e emocional que sofriam de seus esposos e companheiros. O abuso sexual de suas filhas também foi mencionado por duas mães como o fato que desencadeou suas separações, pois seus companheiros foram responsáveis por essa violência. Inclusive, em um dos casos, a morte do abusador foi resultado da revolta gerada na comunidade onde residia.

Tabela 1
Dados Sociodemográficos e Características das Situações de Abuso Investigadas

Participante	Idade mãe	Situação profissional	Idade filha	Idade início do abuso	Abusador(es)	Tipo de abuso e tipo de episódio	Quem fez a denúncia
1	40	Dona-de-casa	8	6	Padrasto	Relação sexual genital Crônico	Madrinha
2	32	Doméstica	8	7	Tio materno	Exposição a filmes pornog., manipulação de genitais Crônico	Mãe
3	29	Desempregada	8	3	Avô materno	Manipulação de genitais Crônico	Pai
4	39	Desempregada	9	8	Pai e tio paterno	Manipulação de genitais Crônico	Mãe
5	37	Doméstica	7	6	Tio paterno	Manipulação de genitais Único	Mãe
6	33	Dona-de-casa	11	11	Padrasto	Manipulação de genitais Crônico	Mãe
7	24	Desempregada	5	2	Primo da mãe	Manipulação de genitais Crônico	Mãe
8	38	Doméstica	7	4	Primo da menina	Manipulação de genitais Crônico	Mãe
9	30	Doméstica	11	9	Tio paterno e vizinho	Exposição a filmes pornog., manipulação de genitais Crônico	Pai
10	26	Dona-de-casa	6	5	Padrasto	Manipulação de genitais Único	Mãe

De acordo com a literatura, em situações de abuso sexual é frequente o casal apresentar dificuldades de relacionamento (Alexander et al., 2000). As dificuldades de relacionamento não foram frequentes apenas nas relações conjugais, mas também entre membros da família de origem. A presença de trabalho infantil e de abusos físicos e emocionais foi comum no relato de oito participantes, sugerindo algum ressentimento em relação aos cuidados recebidos.

A multigeracionalidade da violência também foi investigada. Foi questionado se mais alguém da família havia passado por uma situação semelhante a de suas filhas. Em três casos, há suspeita de que outras irmãs e irmãos também tenham sido vítimas de abuso sexual pela mesma pessoa. Em relação à história materna de abuso sexual, quatro mães relataram ter sido abusadas sexualmente na infância por uma pessoa próxima, na maioria das vezes o pai ou o padrasto. Destas, três foram vítimas da mesma pessoa que abusou de suas filhas. Duas mães afirmaram que mais de uma pessoa abusou delas. Quando questionadas sobre a revelação de seus abusos, observou-se o precário ou nenhum apoio recebido por parte de suas mães ou familiares. Para uma das participantes, esse havia sido um dos primeiros momentos que compartilhava essa experiência. Ao investigar o funcionamento materno em mães, vítimas de abuso sexual na infância, Cohen (1995) verificou que algumas mães cresceram sentindo-se responsáveis pelo que ocorreu no passado. Sentimentos de vergonha e medo em compartilhar essas experiências, assim como uma aprendizagem de submissão em sua família de origem

podem ter interferido no desenvolvimento da habilidade de comunicação com suas crianças. Nesse sentido, algumas mães podem apresentar dificuldades para se comunicar de forma aberta ou ainda para expressar espontaneamente seus sentimentos em relação a suas crianças (Cohen).

Em sete casos a mãe foi a primeira pessoa para qual a situação de abuso foi relatada, nos demais casos a história foi revelada aos pais biológicos ou tia. Quatro meninas tomaram a iniciativa de contar para suas mães sobre a situação de abuso. Em dois casos foram as mães e em um caso o pai biológico que questionaram suas filhas, perguntando se algo de errado estava acontecendo, quando, então, as meninas relataram as situações de abuso. Duas mães flagraram uma nova tentativa de abuso, sendo que neste momento as meninas relataram o que estava acontecendo. No estudo de Berliner e Conte (1995), que investigou o impacto da revelação do abuso sexual em crianças, a primeira pessoa para qual a criança revelou a situação abusiva foi a figura materna em 48% dos casos. A respeito dos sentimentos que a situação da revelação despertou, das 82 crianças entrevistadas 69% relataram alívio, 16% medo, 7% tristeza e 3% raiva. A maioria das crianças (54%) caracterizou a reação inicial da pessoa a quem foi feita a revelação como apoiadora. Entretanto, outras reações também foram percebidas pelas crianças, como por exemplo, reações de choque e surpresa (36%), tristeza (15%), raiva (11%), descrença (8%) e medo (1%). Entre as principais dificuldades das crianças em revelar as situações abusivas estava o medo e as conseqüências que essa notícia provocaria. Além disso, a maioria das crianças percebeu as reações como positivas e apoiadoras porque seus medos e receios de contar sobre o abuso não foram concretizados (Berliner & Conte).

Embora o estudo de Berliner e Conte (1995) tenha indicado que a maioria crianças, após revelar a situação de abuso, sentiram-se aliviadas, outras relataram sentimentos opostos. Para algumas crianças a revelação suscitou sentimentos de culpa, exposição e preocupação com que os outros pensariam e de que as olhariam diferente. Contudo, a iniciativa de contar o abuso pode estar associada à qualidade da relação que a criança estabelece com essa pessoa e, conseqüentemente, com a interpretação prévia que fará de suas reações. A dificuldade das crianças em contar o abuso pode, ainda, estar relacionada às ameaças e conseqüentemente ao segredo (Jonzon & Lindbland, 2004). Dentre as situações de abuso avaliadas neste estudo, foi observado uma freqüência maior de abusos crônicos, ou seja de múltiplos episódios, demonstrando que essa violência foi mantida em segredo durante algum tempo. Em especial, nas situações de denúncia, as mães encontram-se confusas em relação ao que pensar e sentir. Entre seus temores destacam-se a questão das ameaças do abusador e da repercussão da denúncia no funcionamento familiar, tendo em vista seu desejo de manter a unidade familiar e

conjugal (Araújo, 2002). Essa situação de confusão e ambigüidade diante da situação de violência também foi referida por Amendola (2004).

Reações maternas: Categorias de análise

Os dados da entrevista sobre as reações maternas foram analisados qualitativamente através da análise de conteúdo (Bardin, 1979). As reações maternas foram inicialmente avaliadas de acordo com as categorias identificadas no estudo de Jonzon e Lindbland (2004): reações positivas, negativas ou neutras. Para classificar as reações maternas nessas três categorias faz-se necessário observar as cinco dimensões que compõem cada uma delas: resposta emocional, atitude empática, atitude de credibilidade, resposta ativa durante a conversa e ação. Entretanto, conforme os dados levantados, observou-se que as respostas das mães quanto à notícia de abuso sexual de suas filhas estavam centradas em duas dimensões: credibilidade e ação. A dimensão da credibilidade refere-se ao fato das mães acreditarem ou não na veracidade do relato de abuso sexual de suas filhas, enquanto que a dimensão da ação está relacionada a ter ou não a iniciativa de realizar a denúncia.

Além disso, algumas respostas não indicavam coerência entre uma dimensão e outra. Por exemplo, de acordo com a categorização do estudo Jonzon e Lindbland (2004), a classificação de reação como resposta positiva indicava que a mãe havia acreditado no relato da filha e conseqüentemente realizado a denúncia. Nesse sentido, essa coerência não foi observada em todos os casos investigados, pois algumas mães embora tivessem acreditado no relato de sua filha não tomaram a iniciativa de realizar a denúncia. O contrário também foi observado, houve uma mãe que relatou não ter acreditado na revelação da filha, mas que tomou a iniciativa de realizar a denúncia.

Relacionadas à categoria neutra de Jonzon e Lindbland (2004), somente foram identificadas respostas ambivalentes, já que respostas de indiferença não foram apresentadas pelas mães desse estudo. Assim, as respostas das mães foram classificadas em duas categorias: reações positivas (n=8) e ambivalentes (n=2). A categoria de *reações positivas* abrange a descrição apontada no estudo de Jonzon e Lindbland (2004). Portanto, as reações positivas podem ser identificadas por sentimentos de raiva em relação ao perpetrador e pena e tristeza em relação à vítima, pela disponibilidade e sensibilidade para escutar e acreditar no relato da criança e por atitudes que encorajam a criança a falar o que aconteceu. As reações positivas podem ainda envolver confrontação com o abusador, afastamento da criança em relação ao abusador, demonstrações de disponibilidade em ajudar, e realizar a denúncia (Jonzon & Lindbland).

De modo geral, a maioria das mães reagiu com sentimentos de raiva em relação ao abusador e culpa em relação ao abuso sexual de suas filhas. A culpa foi evidenciada pelo excesso de confiança nos abusadores ou por não terem conseguido proteger suas filhas do abuso sexual. No entanto, esse sentimento de culpa mostrou-se de forma diferenciada nas mães. Para mães sem história de abuso sexual na infância, a culpa recai sobre a confiança no abusador: *“Nunca imaginei que ele fosse capaz de algo assim (...) ele estava sempre querendo brincar, passear e comprando presentinhos para ela (...) agora tudo isso faz sentido (Participante 7).”* A culpa mostrou-se maior para as mães que também sofreram abusos sexuais na infância. Observou-se uma cobrança interna, com pensamentos de que poderiam ter evitado o abuso, ou pelo menos imaginado que essa história poderia se repetir. Também foram observados mecanismos dissociativos e evitativos em relação à história passada de abuso. Algumas mães relataram que o que aconteceu estava no passado e já não havia mais nada a fazer, evitando falar sobre o assunto. Assim, pensar ou refletir sobre a própria experiência parecia doloroso para essas mães, que acreditavam que não fazia sentido e que não havia necessidade de falar sobre o ocorrido. Entretanto, diante do abuso de suas filhas, da repetição de suas histórias, as mães se questionaram: *“Porque não pensei nisso?, Porque não a afastei do convívio com ele, sabendo de tudo que já tinha feito? (Participante 2).”* O abuso de suas filhas fez com que suas próprias histórias fossem lembradas, levando-as a uma proposição de agir de forma diferente de suas mães, para que a história não se repita com suas netas. *“(...) Enquanto estou aqui conversando, me ocorreu que se eu não falar sobre os abusos [meu e da minha filha], se eu não estivesse aqui, talvez daqui alguns anos seria ela [minha filha] que estaria aqui para falar da filha dela (Participante 3).”*

Observa-se que duas mães manifestaram ambivalência no relato de abuso sexual de suas filhas. As *reações ambivalentes* foram caracterizadas, principalmente, por sentimentos simultâneos de raiva, amor e carinho em relação ao abusador e por dúvida em relação à veracidade do abuso sexual. Para uma mãe, mesmo tendo sido abusada pela mesma pessoa na infância, a dúvida sobre o que realmente aconteceu impediu-a que tomasse a iniciativa de denunciar. Neste caso, o pai da menina foi quem denunciou. No entanto, para a outra mãe, mesmo demonstrando ambivalência quanto ao relato de sua filha, isso não a impediu que realizasse a denúncia.

O período entre tomar conhecimento e realizar a denúncia variou de um dia a 2 anos. Uma mãe mesmo tendo apresentado reações maternas positivas apresentou um tempo maior, em torno de dois anos, para contar essa situação a alguém e realizar a denúncia. Esse período parece funcionar como uma espécie de empoderamento, um tempo necessário para que a mãe tenha coragem para fazer a denúncia e levar adiante essa situação, tendo em vista as

conseqüências e o impacto dessa notícia no sistema familiar. Além disso, a demora ou a postergação da denúncia pode estar associada a sentimentos de vergonha (Kreklewetz & Piotrowski, 1998). Entretanto, para a criança vítima, esse período entre a revelação e as conseqüentes medidas para resolver o problema, pode ser percebido como risco para a reocorrência do abuso ou ainda como descrença e minimização do abuso. A dificuldade das mães em proteger crianças vítimas de abuso sexual pode estar associada a fatores como incapacidade de reconhecer possíveis ameaças, depressão ou preocupação com necessidades próprias (DiLillo & Damashek, 2003; Kreklewetz & Piotrowski).

Os resultados deste estudo indicaram que as mães reagiram de forma positiva ou ambivalente diante da notícia do abuso sexual de suas filhas. Entretanto, cabe ressaltar que uma mesma mãe pode apresentar uma ou outra reação em diferentes momentos de sua vida, conforme o estudo de Narvaz (2005). Esta autora analisou a história de vida de uma mãe vítima de abuso sexual na infância, e cujas duas filhas também foram vítimas de abuso sexual. Quanto à dificuldade dessa mãe em acreditar no abuso de sua filha mais velha, foram destacadas a presença de dependência emocional e financeira em relação ao abusador, a culpabilização da vítima pelo abusador e as dificuldades nas relações de apego entre mãe e filha. Para Narvaz, a compreensão da complexa questão das posições ocupadas por mães e filhas diante dos abusos vividos envolve variáveis contextuais e históricas, que precisam ser compreendidas de uma forma mais ampla e numa perspectiva processual.

As interações entre pais e criança resultam de um modelo parental, o qual pode ser aprendido socialmente através de um modelo padrão de relacionamento ou estabelecido através das relações de apego (Banyard, Williams, & Siegel, 2003). As reações maternas também podem estar associadas ao modelo parental aprendido, podendo contribuir ou não para a transmissão transgeracional de situações abusivas (DiLillo & Damashek, 2003). Algumas participantes ao comentar sobre a situação de abuso de suas filhas, revelavam experiências de maltrato na infância identificadas na forma de abusos físicos e negligência ou abandono emocional. A questão do distanciamento emocional foi mais evidente diante as reações das mães das participantes deste estudo que relataram experiência de abuso sexual na infância. Enquanto três das quatro participantes que relataram história de abuso sexual na infância queixavam-se da pouca importância ou da minimização do abuso que sofreram, para outra mãe o que lhe incomodava era o fato de não conseguir estabelecer um diálogo e poder desabafar. Nesse sentido, pode-se observar nas famílias de origem das participantes que os laços afetivos não garantiram respostas de apoio após a revelação, bem como qualidade no processo de comunicação entre os membros da família. O impacto do abuso sexual na infância sobre vários indicadores do funcionamento do papel parental em adultos foi

examinado no estudo de Banyard (1997). Foi observado que o abuso sexual na infância estava relacionado a resultados parentais negativos em termos de sentimento sobre si mesmo como pais e ao uso de estratégias físicas para resolver conflitos com as crianças. Esses resultados foram confirmados em estudo posterior, o qual indicou também que a depressão materna foi um fator mediador entre as experiências estressoras na infância e o funcionamento parental (Banyard et al.). A sensação de desamparo diante as várias adversidades vividas foi um aspecto comum entre as participantes deste estudo que pode ter contribuído ou influenciado suas reações.

A maioria das mães acreditou no relato das filhas e denunciou o abuso, embora nem todas tenham sido protetivas no sentido de afastar suas filhas do abusador ou de imediatamente procurar ajuda e realizar a denúncia. Em alguns casos, a análise das respostas das mães indicou uma dissonância entre as duas dimensões: credibilidade e ação. Essa dissonância também identificada por Elliot e Carnes (2001), ao analisarem os resultados de várias pesquisas sobre reações e interações parentais em situações de abuso sexual infantil, indicando que embora uma mãe manifeste crédito no relato da criança, não necessariamente emitirá respostas de apoio e proteção. Essa não consonância entre as dimensões das reações maternas pode ser um reflexo da negação do abuso. Atitudes maternas que envolvam alguma forma de acolhimento ao escutar o relato de abuso contribuem para a diminuição de sintomas decorrentes da experiência de abuso sexual nas crianças (Elliot & Carnes; Forward & Buck, 1989; Steel et al., 2004).

3.5. Considerações finais

O presente estudo investigou as reações maternas diante da notícia do abuso sexual de suas filhas, entretanto abordou apenas as situações de abuso que foram denunciadas. Ou seja, a amostra foi caracterizada por mães que de alguma forma procuraram ajuda e se mobilizaram com o abuso sexual de suas filhas. Assim, especificamente em relação às reações maternas, os resultados apontados nesse estudo não podem ser generalizados para todas as situações de abuso sexual. Situações não notificadas desafiam a todos profissionais e pesquisadores, tendo em vista que não se tem acesso à dinâmica de funcionamento destes casos. Um maior conhecimento sobre essa questão poderia resultar em propostas de atendimento e estratégias de prevenção ao abuso sexual infantil.

As reações maternas diante da notícia do abuso sexual de suas filhas foram classificadas em reações positivas ou ambivalentes de acordo com as dimensões de credibilidade e apoio. Observou-se que o fato de uma mãe acreditar no relato de abuso sexual de sua filha, não necessariamente implica em iniciativa de realizar a denúncia ou procurar

ajuda. Da mesma forma, o fato de uma mãe não acreditar na veracidade do relato de sua filha não implica na recusa ou resistência em realizar a denúncia. Entretanto, a maioria das mães que acreditaram demonstraram iniciativa de realizar denuncia ou procurar ajuda. A relutância das mães em denunciarem pode estar associada ao medo das ameaças realizadas pelo abusador, ao medo de perder a família constituída e, também, ao medo do que familiares e do que a própria sociedade podem pensar sobre seu desempenho enquanto mãe. A iniciativa de realizar a denúncia reflete uma postura mais segura das mães diante de seu ideal de família e de sua própria vida.

Neste estudo, foi observada uma ocorrência maior de reações positivas, indicando que as mães acreditaram no relato de suas filhas. Além disso, essas mães que acreditaram em suas filhas demonstraram maior tendência a respostas de apoio do que as mães que reagiram de forma ambivalente. Esse apoio também pôde ser observado através do fato de que estas mães estão mantendo e acompanhando suas filhas no atendimento psicológico oferecido pelo hospital, mostrando-se disponíveis emocionalmente para enfrentar a situação.

As reações maternas envolvem uma complexidade de fatores, sendo que apenas alguns foram investigados, como por exemplo: história materna de abuso sexual na infância e conseqüentemente a reação de suas mães, qualidade do relacionamento conjugal e do relacionamento com a família de origem. Entretanto, outros fatores podem contribuir para as respostas das mães diante da revelação do abuso, como por exemplo estilo de apego e aspectos relacionados à personalidade das mães. Para Bolem e Lamb (2002), o estilo de apego das mães pode funcionar como um preditor de sua habilidade para apoiar após a revelação. Em relação às características de personalidade freqüentemente apontadas na literatura como relacionadas a mães de crianças abusadas sexualmente e que podem estar associadas às reações maternas destacam-se: fragilidade emocional, insegurança, subordinação de suas necessidades às dos outros e dependência (Smith & Saunders, 1995). No Brasil, o estudo de Amendola (2004) identificou algumas destas características de personalidade em mães de crianças vítimas de abuso sexual. Entretanto, ainda é um campo de pesquisa que pode ser mais explorado.

A exposição a modelos parentais inadequados ou, ainda, a falta de modelos de família protetiva contribui para a continuidade de padrões de interação desadaptativos entre pais e crianças. As respostas das mães ao abuso de suas filhas podem envolver também aspectos relacionados à maternidade, como a percepção do papel de ser mãe. No entanto, a respeito do funcionamento familiar em situações de abuso sexual, cabe ressaltar que o estabelecimento de um padrão de interação a partir da perspectiva de apenas um membro da família é uma estratégia arriscada, conforme propõem Smith e Saunders (1995). Estudos que envolvam

diferentes membros da família ou até mesmo diferentes gerações são considerados metodologicamente mais adequados para essa avaliação. Além disso, propostas de pesquisas longitudinais, que investiguem as interações parentais frente às diversas necessidades dos filhos em diferentes momentos do desenvolvimento, são uma das direções indicadas para futuras pesquisas (Banyard et al., 2003).

Não são apenas as reações maternas em situações de abuso infantil que podem influenciar ações de apoio e proteção à criança vitimada, mas também reações de todas as pessoas que de alguma forma estão lidando com a situação de abuso, sejam demais familiares ou profissionais. Dessa forma, cabe ressaltar a responsabilidade e a importância do trabalho dos diversos profissionais que atuam nos espaços de acolhimento e atendimento a essas situações. Ao lidar com o relato de experiências de vida dolorosas como o abuso sexual, faz-se necessário uma visão ampla sobre o contexto de desenvolvimento destas crianças e famílias, assim como uma escuta desprovida de preconceitos. Destaca-se, ainda, a necessidade da existência e manutenção de uma rede articulada de serviços que possa garantir orientação, acolhimento e atendimento às crianças vítimas e suas mães.

CAPÍTULO IV

Multigeracionalidade da violência: Um estudo sobre mães de meninas vítimas de abuso sexual

Resumo

A multigeracionalidade da violência refere-se à possibilidade do adulto reproduzir com crianças da família as experiências de violência vividas em sua infância. Este estudo explorou a questão da multigeracionalidade a partir da perspectiva de quatro mães que assim como suas filhas também foram abusadas sexualmente na infância. Foram realizadas entrevistas enfocando características da família de origem, história materna de violência familiar e situação da revelação de abuso sexual de suas filhas. A análise dos casos indicou que a infância destas mães foi marcada pela presença de alcoolismo na família, distanciamento emocional de suas mães e punição física por parte dos pais. Lembranças decorrentes dos abusos sofridos também foram aspectos presentes nos relatos. Foi verificada a presença da multigeracionalidade da violência, trazendo dificuldades para estas participantes lidarem com a situação atual de suas filhas. Sugere-se a realização de pesquisas e projetos de intervenção junto a essa população, direcionados à prevenção ou rompimento do ciclo de violência.

Palavras-chave: Multigeracionalidade; violência; abuso sexual.

The Multigenerationality of Violence: a study about mothers of girls victims of sexual abuse

Abstract

The multigenerationality of violence refers to the possibility of an adult to reproduce the experiences of violence he/she had gone through in their own infancy with the children of his/her family. This study explored the issue of multigenerationality from the perspective of four mothers, who like their daughters had also been sexually abused in their childhood. Interviews were carried out focusing on the characteristics of the family of origin, the mother's history of family violence and on the disclosure of sexual abuse of her children. The analysis of the cases indicated that the infancy of these mothers had been marked by the presence of alcoholism in the family, emotional distance from their mothers and physical punishment on the part of their parents. Memories due to the abuses suffered were aspects also found in the reports. The presence of multigenerationality of violence was verified, making it difficult for these participants to deal with the current situation of their children. As a suggestion, research and intervention projects should be undertaken with this population, targeting prevention or disrupting the cycle of violence.

Keywords: Multigenerationality; violence; sexual abuse.

4.1. Introdução

A família geralmente é vista como fonte de afeto, apoio e proteção, apresentando um papel importante no desenvolvimento emocional, cognitivo e social de qualquer indivíduo (Brito & Koller, 1999). No entanto, segundo Narvaz e Koller (*in press*), a visão idealizada da família dificulta a percepção de que nem sempre este espaço oferece proteção e apoio a seus membros. Em algumas situações, a família pode se constituir num fator de risco para o desenvolvimento de seus membros quando, por exemplo, há a presença de violência.

Qualquer uma das formas de experienciar a violência, seja como vítima, testemunha ou perpetrador(a) da ação, pode levar a conseqüências negativas no desenvolvimento, cessando, impedindo, detendo ou retardando-o (De Antoni & Koller, 2002; Koller, 2000; Koller & De Antoni, 2004). A violência doméstica, que ocorre dentro da família, envolve as várias formas de maus-tratos infantis e violência conjugal, geralmente ocorrendo em relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, evidenciando desigualdades e/ou subordinação (Koller; Koller & De Antoni). O abuso sexual intrafamiliar também é considerado um tipo de violência doméstica (Gomes, Deslandes, Veiga, Bhering, & Santos, 2002; Lopes et al., 2004).

De modo geral, a violência doméstica ou intrafamiliar, contra crianças ou adolescentes, é definida como todo ato ou omissão capaz de causar dano psicológico, físico, e/ou sexual, praticado por pais, parentes ou responsáveis. Implica tanto uma transgressão do poder e dever de proteção, quanto numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (Azevedo & Guerra, 1989; Guerra, 2001; Minayo, 2002).

No processo de socialização das crianças e adolescentes podem ocorrer experiências de abuso através das práticas educativas adotadas (Newcomb & Locke, 2001). Geralmente, a violência doméstica contra crianças e adolescentes é praticada por pessoas próximas e comumente ocorre em situações que envolvem o estabelecimento de limites. Cecconello, De Antoni e Koller (2003), numa revisão da literatura sobre práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no ambiente familiar, enfatizaram que o uso de técnicas coercitivas, baseadas em punições físicas, por exemplo, reafirma o poder dos pais sobre os filhos e interfere na relação de afeto e de reciprocidade entre eles. A exposição de crianças a cenas de violência intrafamiliar pode conduzir a uma aprendizagem ou, ainda, à naturalização destes atos e, conseqüentemente, a sua repetição (Narvaz & Koller, 2004), promovendo um ciclo multigeracional de maltrato infantil.

O fenômeno da multi ou transgeracionalidade da violência tem sido objeto de muitos estudos (Narvaz & Koller, 2004; Narvaz & Koller, 2005; Newcomb & Locke, 2001; Schuetze

& Eiden, 2005). A multigeracionalidade da violência refere-se à possibilidade do adulto reproduzir com crianças da família as experiências de violência vividas em sua própria infância (Caminha, 2000a). Tais experiências de violência podem abranger, além do abuso sexual, o abuso físico, emocional, e também negligência e abandono (Newcomb & Locke).

Várias pesquisas ao investigarem a questão da multigeracionalidade em mães de crianças vítimas de abuso sexual indicaram que freqüentemente as mães relatam histórias de abuso na infância (Hiebert-Murphy, 1998; Oates et al., 1998). A multigeracionalidade também é estudada através da qualidade do relacionamento entre os membros da família (Leifer et al., 2001; Leifer et al., 2004). O estudo realizado por Leifer et al. (2004) entre mães com e sem história de abuso sexual na infância, de crianças com e sem relato de abuso sexual, apontou diferença significativa quanto à percepção do relacionamento com suas próprias mães na infância nos grupos investigados. As autoras verificaram que 63% do grupo de mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que não foram vítimas de abuso sexual, e 43% do grupo de mães, abusadas sexualmente na infância, de crianças que foram vítimas de abuso sexual, relataram um relacionamento negativo ou inconsistente com sua própria mãe durante a infância.

Em um estudo anterior, Leifer et al. (2001) destacaram a importância de se avaliar o relacionamento intergeracional em famílias cujas crianças foram vítimas de abuso sexual. As autoras entrevistaram três gerações: as avós maternas, as mães e as crianças que foram vítimas de abuso sexual. As participantes foram divididas a respeito das diferenças entre famílias de mães que apoiavam e de mães que não apoiavam suas crianças frente à revelação do abuso. As autoras avaliaram a história de abuso na infância das mães e características do relacionamento afetivo entre avós e mães, avós e netas e mães e filhas. Os resultados demonstraram que a infância das mães que não apoiaram suas crianças foi caracterizada por separações, rupturas, evidenciando uma descontinuidade com as figuras principais de apego. Estas mães que não apoiaram suas crianças, por sua vez, também se mostraram inconstantes como fonte de apoio e proteção de suas filhas.

A manutenção do ciclo de violência na família, segundo Narvaz e Koller (*in press*), é resultado de todo um processo de socialização e subjetivação, no qual a experiência de conviver com a violência é percebida como algo natural e esperado nas relações. Assim, de testemunha quando criança, a mulher passa a vítima, envolvendo-se em relacionamentos abusivos na vida adulta, denotando uma experiência continuada da violência (Schuetze & Eiden, 2005). Além disso, soma-se a estes aspectos, o desejo de manter a unidade familiar e conjugal, com um imperativo para o não rompimento deste ciclo de violência (Araújo, 2002).

A violência intrafamiliar, em especial a situação de abuso sexual, é muitas vezes mantida em segredo por um longo período de tempo, podendo ultrapassar gerações. Segundo Narvaz e Koller (2004), o segredo do abuso sexual sofrido na infância por uma mãe, por exemplo, pode tornar-se visível apenas após a revelação do abuso sofrido por sua filha. Nestes casos, observa-se a repetição de um padrão de relacionamento entre gerações. Estas mães não revelaram a violência sofrida e não conseguiram proteger suas filhas, pois de alguma forma tornaram-se vulneráveis para estabelecer relações conjugais abusivas (Narvaz & Koller, 2005). Contudo, é necessário destacar que não se trata de um padrão de relacionamento determinista. Ou seja, o fato de uma criança ser vítima de qualquer forma de maltrato infantil, não significa que quando adulta irá repetir tal comportamento com seus filhos, por exemplo. No entanto, há uma maior possibilidade desse comportamento aprendido na infância ser repetido com as próximas gerações.

Para Narvaz (2003), em sua experiência de acolhimento e atendimento às mães e filhas vítimas de abuso sexual, são frequentes os relatos de intensos sentimentos de desamparo, vergonha e culpa. Ocorrem sentimentos de distanciamento com o mundo, perda do interesse e dificuldade em conectar-se com emoções, associadas à intimidade e sexualidade. Mães e filhas apresentam, ainda, uma profunda descrença e desesperança, uma falta de iniciativa e de autonomia, mostrando-se excessivamente dependentes e carentes de afeto (Narvaz; Narvaz & Koller, 2005). Compreender a violência requer um olhar ampliado não apenas para o contexto imediato, mas também para um contexto maior. Nesse sentido, Narvaz e Koller (*in press*) afirmam que é possível falar em violências, no plural: violência doméstica, urbana, comunitária, institucional, social, entre outras, sendo que todas estão interligadas.

A temática da multigeracionalidade da violência representa uma dimensão a ser investigada em nossa realidade. Em especial, nas situações de abuso sexual, é possível verificar a necessidade de estudos que explorem as variáveis ou fatores associados a essa transmissão intergeracional. Dessa forma, este estudo teve como objetivo compreender o processo da multigeracionalidade da violência em mães de meninas vítimas de abuso sexual. Este processo foi avaliado a partir da perspectiva de mães que, assim como suas filhas, sofreram abuso sexual intrafamiliar, investigando-se as características do relacionamento familiar nas diferentes gerações: família de origem e família constituída; e a situação do abuso sexual de suas filhas.

4.2. Método

Para Yin (2005), a pesquisa de Estudo de Caso envolve tanto Estudo de Caso Único, quanto Estudo de Casos Múltiplos, sendo, portanto, duas variações da proposta de Estudo de

Caso. O Estudo de Caso pode ser definido, de acordo com Yin, como uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo, especialmente quando seus limites e o do contexto não são claramente definidos. Este estudo utilizou o delineamento de Estudos de Casos Múltiplos e Embutidos (Yin) para investigar o processo da multigeracionalidade da violência. O delineamento de Estudos de Casos Múltiplos e Embutidos é composto por mais de um caso, a ser analisado e comparado, e foi utilizado por possibilitar uma abordagem contextualizada do fenômeno (Yin).

Existem cinco componentes importantes num projeto de pesquisa envolvendo Estudos de Caso: as questões do estudo; as proposições do estudo; suas unidades de análise; a lógica que vincule os dados às proposições e os critérios para interpretar as constatações (Yin, 2005). O primeiro componente refere-se às questões do estudo e podem ser expressas através de termos, como: “quem”, “o que”, “como” e “por que” (Yin). Este estudo parte da questão que propõe investigar como ocorreu o processo da multigeracionalidade da violência em mães de meninas vítimas de abuso sexual.

O segundo componente, para Yin (2005), diz respeito às proposições que servem como direções a serem tomadas ao longo do estudo, conduzindo a atenção para o que deve ser analisado. Assim, este estudo parte das preposições de que: o relacionamento familiar na infância das mães de meninas abusadas sexualmente é caracterizado por diversas formas de violência e a repetição de um padrão de violência na família constituída das participantes pode ser um reflexo do relacionamento de sua família de origem.

O terceiro componente do delineamento de Estudo de Casos refere-se à unidade de análise. A seleção das unidades de análise é resultado das questões iniciais (Yin, 2005). A unidade principal de análise ou o eixo principal de análise deste estudo foi o relacionamento familiar das participantes. As subunidades de análise, vinculadas à unidade principal, foram: experiências na família de origem e experiências na família constituída, sendo que cada uma destas subunidades abrangeu categorias que exemplificam o tipo de relacionamento familiar que perpassa as diferentes experiências. O quarto e o quinto componente estão relacionados às etapas de análises dos dados e representam a vinculação entre os dados, as preposições e os critérios de análise dos dados, conforme Yin.

O processo da multigeracionalidade da violência foi investigado através do relacionamento na família de origem das participantes, assim como na família constituída. Entre os vários fatores investigados na família de origem estão: a ocorrência de maus-tratos, a situação de abuso sexual na infância e a reação das mães frente à revelação quando as participantes revelaram o abuso sexual. Além disso, aspectos relacionados à violência sexual

vivida por suas filhas e, conseqüentemente suas próprias reações frente à revelação também foram explorados, assim como o relacionamento com a família constituída.

4.2.1 Participantes

As participantes foram selecionadas a partir do estudo anterior, sobre as reações maternas, por apresentarem história de abuso sexual na infância. Das dez participantes do estudo anterior, quatro relataram abuso sexual na infância. Assim, participaram deste estudo quatro mães que, assim como suas filhas, foram abusadas sexualmente na infância. As participantes estavam sendo acolhidas ou atendidas por serviços especializados em situações de violência de um hospital da rede pública de saúde de Porto Alegre. As idades das participantes variaram entre 29 e 33 anos e a escolaridade entre ensino fundamental e segundo grau completo. No momento da entrevista, apenas uma participante estava trabalhando, uma estava desempregada e duas eram donas de casa.

4.2.2. Instrumentos e procedimentos

Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com o objetivo de investigar, além de dados sociodemográficos, as características do relacionamento familiar nas diferentes gerações: família de origem e família constituída. Além disso, questões sobre a história materna de violência familiar e a situação de abuso de suas filhas também foram exploradas. As entrevistas foram realizadas na própria instituição, onde as participantes estavam sendo atendidas, em pelo menos duas sessões com duração média de uma hora.

Os cuidados éticos referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados, atendendo à Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e à Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do hospital. Foi solicitada a cada participante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.2.3. Procedimentos de análise dos dados

Inicialmente, foi realizada uma leitura das entrevistas para identificar além da unidade principal, as subunidades de análise (Yin, 2005). O eixo principal de análise foi o relacionamento familiar das participantes. A partir disso, foram criadas duas subunidades de análise: experiências na família de origem e experiências na família constituída. As categorias extraídas das subunidades de análise foram: conflitos conjugais, drogas, relacionamento mãe e filha e violência doméstica. Cada caso foi apresentado separadamente, observando-se a presença das categorias nas subunidades de análise.

4.3. Resultados

A seguir, serão apresentadas as histórias das participantes, considerando os relatos de suas experiências na família de origem e na família constituída, assim como as categorias evidenciadas.

Caso 1: A primeira participante tinha 30 anos, cursou até a 3ª série do ensino fundamental e estava desempregada. Sua família é composta por quatro filhos, três meninos com idades de oito, doze e dezesseis anos e uma menina de onze anos. A participante relatou que atualmente está separada, mas seu ex-esposo continua morando na mesma casa com ela e as crianças. Contou que sua filha havia sido vítima de abuso sexual e que, passado quase um ano dessa revelação, resolveu denunciar e procurar atendimento psicológico. Segundo seu relato, os abusos ocorreram por um período de aproximadamente um mês, caracterizando mais de um episódio. Os abusos foram cometidos pelo tio paterno e também por um vizinho da família.

A respeito da história de violência na infância, a participante relatou que, assim como a filha, também havia sofrido abuso sexual. Um de seus abusadores foi o mesmo que abusou de sua filha, o que a deixou muito constrangida: *“é uma mistura de culpa e raiva.”* No entanto, não foi apenas uma vez ou uma pessoa que a abusou. A violência sexual começou dentro de casa, com seu próprio pai. A participante lembrou que dormia num quarto com mais dois irmãos e que à noite seu pai lhe abusava. Acredita que ninguém via ou ouvia o que acontecia. No entanto, lembrou que sua mãe colocou-a para trabalhar em uma casa de família por alguns meses, referindo que essa poderia ter sido uma tentativa de afastamento. Também lembrou que sua mãe rejeitava seu pai, talvez em função de ser alcoólatra, talvez porque não suportasse mais tanto sofrimento. Outras pessoas a abusaram, entre elas o irmão de seu cunhado e o vizinho da família, o mesmo que abusou de sua filha. Apenas os abusos cometidos pelo irmão de seu cunhado foram revelados a sua mãe, recentemente, em função do abuso de sua filha.

Além da violência sexual, abusos físicos e psicológicos também marcaram sua infância. A participante relatou que seus pais utilizavam estratégias coercitivas para estabelecer limites aos filhos, sendo, portanto, freqüentes as situações em que gritavam, ameaçavam bater ou batiam como forma de impor respeito.

A participante demonstrou estar à procura de respostas para essas experiências de vida: *“Me pergunto porque meu pai fez isso comigo, porque isso aconteceu comigo.”* Quando questionada se mais alguém da família também havia sido vítima de abuso sexual na infância, relatou não saber, porque nunca havia contado para alguém, mas lembrou que: *“(…) uma vez uma irmã minha que já faleceu me pediu um conselho. Perguntou o que eu faria se alguém*

estivesse fazendo algo errado (...). Hoje em dia talvez ela quisesse me contar alguma coisa (...).”

A participante disse que se tornou uma pessoa fechada, triste com um sofrimento que carrega até hoje. Relatou que quando tinha relações sexuais com seu ex-esposo as cenas dos abusos lhe vinham à mente: *“Tinha nojo”*.

1. Experiências na família de origem

Na relação conjugal dos pais dessa participante eram constantes as brigas e agressões verbais, revelando a existência de conflito conjugal. Em muitas situações, as discussões ocorriam em função do alcoolismo de seu pai, conforme o relato da participante expresso na categoria drogas. A participante percebia um distanciamento entre o casal, que também era refletido no relacionamento com os filhos. O relacionamento entre mãe e filha foi caracterizado pela falta de carinho e pela falta de comunicação. Para a participante em alguns momentos sua mãe a deixou exposta ou mesmo vulnerável ao abuso, na medida em que, por exemplo, não percebia ou desconfiava do que seu esposo poderia estar fazendo no quarto das crianças. Em outro momento, a participante percebeu seu afastamento do convívio familiar como uma atitude protetiva de sua mãe, embora ela não soubesse dos abusos que sofria. Através do relato de violência doméstica, ou seja, de abusos físicos e emocionais, mas também e, mais especificamente, de abuso sexual perpetrado pelo pai da participante. Abaixo seguem os trechos que exemplificam estas categorias.

Conflito conjugal:

“Havia muita briga entre eles, discutiam muito, quase todos os dias, se xingavam, não chegavam a se bater(...), mas também não tinham muito carinho um com o outro(...) era uma coisa meio afastada, distante.”

Drogas:

“As brigas eram porque o pai bebia muito, gastava o dinheiro, parece que não tava nem aí se faltava alguma coisa para nós(...) acho também que isso dele beber, minha mãe ficou assim mais afastada dele, mas ao mesmo tempo nunca se separou.”

Relacionamento com a mãe

“Com minha mãe nunca teve isso de colo, carinho, da gente falar as coisas pra ela...ela também nunca perguntava nada, às vezes sobre a escola.”

“Ninguém percebia nada [abuso], nem minha mãe (...) já pensei que minha mãe não queria ele daí ele vinha em mim...”

“Quando fui trabalhar numa casa de família, era pequena tinha uns oito anos, fui trabalhar na casa da minha professora por uns meses, pensei que minha mãe desconfiasse de

algo e por isso me mandou trabalhar lá, mas também ela nunca me disse nada, nós não conversávamos.”

Violência doméstica:

“Lá em casa era tudo na base do grito, sempre xingavam a gente, batiam com chinelo ou cinta quando fazíamos algo de errado.”

“Dormia todos juntos, eu e mais dois irmãos, num quarto, numa peça sem portas. Quando estava dormindo, às vezes meu pai chegava e começava a se esfregar, sabe...acho que ele tava bêbado quando fazia isso ...também já pensei que minha mãe não queria ele daí...”

“Acho que ninguém via, ou se meus irmãos viam faziam como eu, ficavam bem quietos...nunca contei isso para alguém, minha mãe não sabe...uma vez pensei que estava grávida, não queria mais ir para a escola.”

2. Experiências na família constituída

O relacionamento com o marido foi caracterizado por vários conflitos, os quais envolviam as dificuldades da participante em manter relações sexuais com o esposo e as traições do esposo. As situações de violência na infância são mantidas em segredo, pois nem o esposo ou os filhos têm conhecimento. As dificuldades de comunicação entre o casal são evidentes, pois a participante demorou quase um ano para contar ao esposo que a filha havia sido vítima de abuso sexual. A participante revelou dificuldades em lidar com os conflitos entre o casal, preferindo permanecer numa posição de acomodação em relação às separações e traições como se não fosse possível mudar ou mesmo não quisesse mudar a situação. Além disso, o alcoolismo do esposo é muitas vezes tolerado por ser compreendido como uma característica própria de sua personalidade, que não pode ser mudada. O relacionamento com a filha expressa uma certa crítica em relação aos cuidados recebidos na infância, na medida em que procura proporcionar maior carinho a seus filhos. A respeito da situação de abuso sexual de sua filha, evidenciada na categoria violência doméstica, a participante demonstrou sua tentativa de proteção. Essa mãe procurou proteger sua filha de um contato mais próximo com as pessoas que lhe abusaram na infância, principalmente seu pai e o irmão de seu cunhado, estando de alguma forma atenta. No entanto, o abuso aconteceu e diante da revelação, demonstrou dificuldade em lidar com a situação concreta. Essa dificuldade pode ser visualizada através postergação da denúncia e/ou da procura de ajuda e também através do sentimento de culpa.

Conflito conjugal:

“Quando eu tinha relação com ele [esposo], me lembrava de tudo aquilo que aconteceu... eu tinha nojo...queria que ele ficasse longe.” “Ele não sabe o que aconteceu comigo, nunca contei.”

“Os dois primeiros anos foram bons, mais depois ele era e é muito diferente de mim, gosta de sair, ir pra bailes. Eu não gosto muito, não sei sou assim meio triste, eu deixava ele ir sozinho mesmo...daí ele começou a passar as noites fora...se envolvendo com uma e com outra.. a gente se separava e voltava e assim é.”

“Não sabia o que fazer, se contava pra ele [sobre o abuso da filha], porque o meu cunhado [irmão do esposo] ameaçou matar ele se eu contasse sobre o abuso.”

Drogas:

“Por isso que eu comecei a não gostar de sair com ele, ele bebe, fica todo alegre, passa da conta, ele não chega a ficar agressivo, mas fica em cima de outras mulheres...ele tem esse jeito e eu não, mas ele é meu marido, né, esse é o jeito dele.”

Relacionamento mãe e filha:

“Procuro ser mais carinhosa com meus filhos do que meus pais foram comigo...quero transmitir amor a eles.”

Violência doméstica:

“Sempre procurei ficar atenta com relação a isso, até em relação a meu esposo, porque se meu pai fez isso comigo ele também pode fazer com minha filha ... também ficava atenta em relação a meu pai porque ele poderia fazer com ela...não deixava ela sozinha com ele ”

“Aconteceu com ela, assim como aconteceu comigo e eu não consegui evitar e também não desconfiei porque se não fosse minha cunhada me chamar atenção não teria perguntado a ela [filha] se algo de errado estava acontecendo.”

“Não sabia o que fazer ... até que não agüentei mais e contei [o abuso da filha]...ele [esposo] logo disse que tínhamos que fazer a denúncia, isso não podia ficar assim.. sei que demorei para fazer alguma coisa, mas fiquei sem saber o que fazer.”

Caso 2: A segunda participante tinha 33 anos, estudou até a 7ª série do ensino fundamental, é dona de casa e estava separada de seu companheiro havia 15 dias. Tem dois filhos, sendo uma menina de 11 anos, do primeiro relacionamento, e um menino de dois anos de idade, do seu atual relacionamento. Essa mãe procurou o hospital para fazer denúncia sobre o abuso sexual de sua filha, cometido pelo seu companheiro, padrasto da menina. A participante relatou que numa noite acordou e percebeu que seu companheiro não estava no

quarto. Levantou, procurou-o pela casa, e o viu no quarto de sua filha, no escuro, vestindo apenas uma cueca. A menina acordou quando a mãe entrou no quarto e disse que ele estava passando a mão em seu seio. Relatou que nesse momento ficou chocada e que lembrou do que lhe havia acontecido na infância. Perguntou ao companheiro o que estava fazendo no quarto de sua filha de cueca e no escuro, ele respondeu que estava procurando a gata, pois escutou um barulho e pensou que ela estivesse no forro. *“Fiquei chocada, mas procurei não dar razão para nenhum dos dois... nessa noite não dormi pensando o que fazer no outro dia.”* Entrou em contato com o conselho tutelar.

A participante evidencia dúvidas sobre o que viu, já que questiona a veracidade do relato de seu companheiro, refletindo sobre o relato de sua filha e sobre o que viu. No entanto, espera que os serviços prestados pelo hospital possam lhe trazer a verdade sobre o que aconteceu.

As reações dessa mãe, diante da situação de abuso de sua filha, demonstram as marcas de sua própria experiência de abuso. Sua infância denuncia uma história de mau-trato e preconceito. Aos três anos de idade seus pais se separaram e ela foi morar com a mãe. Cada um de seus pais envolveu-se em novos relacionamentos. Sua madrasta a maltratava, principalmente emocionalmente, com palavras preconceituosas. Em relação ao padrasto, comentou que era uma pessoa violenta que bebia e agredia ela e sua mãe fisicamente.

Como sua mãe trabalhava fora, a participante relatou que quando criança ficava aos cuidados de um adolescente ao qual chamava de tio, mas que na verdade era um agregado da família. Relatou que por duas vezes esse tio a estuprou, aos sete e aos nove anos de idade. Passados três anos, a participante foi novamente vitimizada, mas dessa vez pelo padrasto. Após perceber que a mãe não estava disposta a se separar, fugiu de casa e foi morar com sua avó materna até os 14 anos, quando retornou para a casa de sua mãe, pois esta havia se separado.

Durante a adolescência, nos momentos de conflito com sua mãe a participante procurava trazer à tona as experiências de violência sofridas. A participante relatou que quando teve a primeira relação sexual espontânea as cenas dos abusos voltaram a sua memória numa espécie de *flashback*. *“Eu ficava angustiada...às vezes pedia para parar, mas aos poucos não fui tendo mais isso.”*

O primeiro relacionamento da participante, do qual nasceu sua filha, não durou muito, pois quando a menina tinha seis meses se separaram. Quando ocorreu a separação a menina passou a ser criada pela avó paterna. *“Dos quatro aos dez anos de idade da minha filha praticamente não a vi crescer, embora eu morasse próximo da minha sogra. Ela não permitia que eu visse minha filha. De vez em quando, passava com ela em frente à boate que eu*

trabalhava à noite, para me humilhar.” Atualmente, faz seis meses que mãe e filha estão morando juntas.

1. Experiências na família de origem

O relacionamento entre a mãe e padrasto foi caracterizado por conflitos conjugais, expressos pelo comportamento violento de seu padrasto e pelo alcoolismo dele. A relação com a mãe foi marcada por um ressentimento quanto às suas atitudes quando revelou o abuso perpetrado pelo padrasto. A falta de apoio de sua mãe, evidenciada pelo fato de não acreditar no relato do segundo abuso, demonstrou as dificuldades do relacionamento mãe-filha. Os relatos de violência física e sexual no contexto familiar podem ser visualizados na categoria violência doméstica.

Conflito conjugal:

“Ah, eles brigavam. Ele [padrasto] batia nela, dava tapa, empurrava.”

Drogas:

“Ele [padrasto] bebia muito e ficava agressivo.”

Relacionamento mãe e filha:

“(...) quando contei para minha mãe ela não acreditou, disse que eu estava inventando porque queria ver os dois separados (...) ela pensava mais nele do que em mim, acho que ela até queria distância de mim (...) como ela não se separou dele [padrasto] fui morar com minha avó paterna.”

“Ela não queria me deixar sair, ir nos bailes...o que tinha de acontecer já havia acontecido (...) sempre que dava falava pra ela que eu não era mais moça...queria que ela visse que eu tava falando dos estupros, só pra ver se ela falava alguma coisa, sei lá se falava que tava arrependida por não ter acreditado, feito alguma coisa.”

Violência doméstica:

“Quando os dois brigavam e ele [padrasto] batia nela, às vezes eu também apanhava.”

“Tinha sete anos quando aconteceu a primeira vez, contei para minha mãe, ela acreditou e me deu apoio, mas não o afastou, daí ele me pegou de novo quando eu tinha nove anos.” “Eu fiquei muito machucada e ela [mãe] chegou a cuidar de mim.”

“Com doze anos foi o meu padrasto que me pegou e fui estuprada de novo, mas dessa vez quando contei para minha mãe ela não acreditou (..).”

2. Experiências na família constituída

O relacionamento anterior, com o pai de sua filha, foi marcado pela traição. No relacionamento com o atual companheiro, a participante demonstrou o desejo de continuar com a união, revelando satisfação. A relação com a filha foi retomada há pouco, pois desde quando a menina tinha dois anos de idade ela morava com a avó paterna. Pode-se observar a tentativa da mãe em assumir a responsabilidade pelos cuidados com a filha, função delegada por algum tempo à avó paterna, na medida em que orienta em relação ao que vestir ou como se comportar. No entanto, essa mesma orientação pode adquirir um caráter preventivo, ao considerar suas experiências de abuso sexual na família de origem, chamando a atenção da filha quando, por exemplo, contou à experiência de abuso sexual vivido na infância. A participante passou de vítima de situações de violência na infância para testemunha na adultez. Pode-se observar que as reações da participante sobre o relato de abuso sexual de sua filha foram muito semelhantes às reações que sua própria mãe teve ao tomar conhecimento do abuso.

Conflito conjugal:

“ Com o pai da minha filha não durou muito [casamento], quando ela [filha] tinha seis meses nos separamos...peguei ele na cama com outro homem...aí não deu né...não podia continuar.”

Satisfação conjugal:

“Com meu companheiro de agora eu gosto dele e não quero colocar fora cinco anos de casamento (...) ele é uma pessoa boa, que me respeita muito.”

Relacionamento mãe e filha:

“Quando veio morar comigo, tive uma conversa e expliquei que ela moraria também com meu companheiro. Até conversei com ela para ter cuidado com o tipo de roupa que andaria pela casa, sobre os modos e comportamentos(...).”

“(...) inclusive contei a ela o que tinha me acontecido para alertá-la.”

Violência doméstica:

“Não sei qual dos dois estão falando a verdade (...) acho que ela [filha] pode estar mentindo, pois há dois meses atrás fugiu de casa, passando a noite na rua. Estive aqui no hospital para fazer uma ocorrência, porque ela foi encontrada por policiais e disse que teve relações sexuais com um rapaz de 18 anos. Ela mentiu, pois os exames não deram nada. Ela pode estar mentindo de novo só para me ver separada dele. Conforme for o resultado do exame voltarei a morar com o meu companheiro.”

“Acho que não houve nada sério, ele pode ter passado a mão nela, procurando a gata (...) mas por quê não acendeu a luz e estava de cueca? Será que não deu tempo de colocar uma bermuda?”

Caso 3: A terceira participante tinha 29 anos, segundo grau completo, casada e dona de casa. Sua família é composta pelo seu esposo e por sua filha de oito anos de idade. Essa mãe procurou o serviço especializado em situações de violência do hospital porque sua filha relatou ter sido abusada sexualmente pelo avô materno. Segundo o relato, o abuso ocorreu quando a menina tinha três anos e foi revelado quando ela tinha cinco anos de idade. Na época, enquanto os pais trabalhavam, a menina ficava aos cuidados de uma senhora. Essa senhora escutou uma conversa entre as crianças que a preocupou e contou para o pai da menina o que havia escutado. A menina contou ao pai que o avô a tocava. Quando o esposo da participante lhe contou o que havia acontecido, ela relutou em acreditar. *“Não consigo acreditar que ele tenha feito isso, até hoje fico dividida...tenho medo que mais tarde minha filha me culpe por não ter acreditado nela e feito alguma coisa, por isso vim até aqui.”* A participante relatou que seu esposo conversa muito com ela sobre o quanto os problemas que enfrentam hoje reflete não apenas a violência de sua filha, mas a violência vivida pela própria participante quando criança e adolescente.

Aos três anos de idade a participante foi abandonada pela mãe. A partir dessa idade, morou alternadamente na casa de sua madrinha e na de seu pai. *“Dos três aos sete anos de idade fiquei morando com minha madrinha, depois dos oito aos dez anos de idade fui morar com meu pai que estava em seu segundo casamento. Dos dez aos treze anos de idade voltei a morar com minha madrinha e depois retornei para a casa do meu pai, saindo de lá quando casei.”* Recorda ter visto a mãe apenas duas ou três vezes após os três anos de idade. É a única filha do primeiro casamento de seu pai e tem cinco irmãos da segunda união dele.

A participante relatou que aos 14 anos de idade seu pai a abusou sexualmente. *“Ele tocou e mexeu em mim (...) essa vez foi pra valer, porque hoje em dia pensando melhor isso acontecia desde que era pequena com carinhos diferentes, por exemplo, ele me abraçava atrás com força, pegando nos quadris e nos seios.”* Sobre os carinhos que recebia de seu pai, a participante comentou: *“como fui abandonada por minha mãe, não sabia que esse tipo de carinho não era normal.”* Aos 14 anos, quando ocorreu o abuso *“mais sério”*, contou o ocorrido para sua madrastra, que disse que falaria com seu pai. A revelação repercutiu de forma negativa: *“meus tios ficaram sabendo do abuso e deram uma surra em meu pai...assisti a surra e me senti culpada por ele ter apanhado daquele jeito (...) depois, mais tarde, ele quem me deu uma surra e me obrigou a desmentir (...) desmenti contra minha vontade e*

acabei passando por mentirosa para toda a família.” No entanto, a revelação teve um efeito positivo, pois levou à interrupção dos abusos. *“A surra foi boa, pois meu pai passou um tempo sem me incomodar...voltou a me importunar quando descobriu que eu não era mais virgem...ele me dizia se os outros já fizeram comigo porque ele não poderia fazer.”* A participante procurou ajuda e contou novamente para a madrasta, a qual lhe disse que não poderia detê-lo e a aconselhou a sair de casa. Nessa época a participante foi morar com seu companheiro.

Além da participante e de sua filha, suspeita-se que seus irmãos menores também tenham sido vítimas de abuso sexual. A respeito de sua família de origem a participante a descreveu como perturbada, tumultuada, referindo sentir rancor e, às vezes, ódio por lhe terem proporcionado experiências tão sofridas.

1. Experiências na família de origem

Embora a participante tenha mencionado que foi abandonada pela mãe aos três anos de idade, seu relato não abordou o período que conviveu com a mãe, pois não recordava dessa época. Portanto, sua relação com a madrasta foi considerada para a análise dos dados. A relação ente seu pai e a madrasta é permeada por conflitos e discussões devido ao alcoolismo de seu pai e às agressões físicas para com os irmãos menores, conforme se pode observar as falas que exemplificam as categorias conflito conjugal e drogas. O relacionamento com a madrasta foi caracterizado, principalmente, pela busca de apoio. A participante expressou em seu relato que em alguns momentos solicitou ajuda à madrasta para poder lidar com a situação de abuso. A ajuda da madrasta veio através de uma tentativa em fazer parar o abuso e, também, através de aconselhar a participante em sair de casa. Em relação à experiência de abuso sexual na infância, a participante percebia o pai como uma pessoa constante em sua vida, já que havia sido abandonada pela mãe, sendo que a forma como a tratava era compreendida como uma espécie de carinho de pai para com a filha. No entanto, aos pouco a participante percebeu que os outros pais, os pais de suas amigas, não faziam esse tipo de carinho. A participante percebeu que o que seu pai fazia era diferente, era abuso sexual.

Conflito conjugal:

“Aí por causa disso [alcoolismo do pai], sempre teve muita confusão, brigas, ela [madrasta] brigava com ele [pai] porque ele queria bater por qualquer coisa na gente (...) mas às vezes ela não podia com ele. ”

Drogas:

“Ele sempre bebeu, pode não ter dinheiro para comprar o pão, mas pra bebida ele tem, não deixa faltar.”

Relacionamento com a madrasta:

“Ela [madrasta] disse que iria falar com ele, pra ele parar com aquilo...acabou que meus tios ficaram sabendo...Ela procurou me ajudar, mas acho que também tinha medo dele. Da outra vez, ela me disse para sair de casa, ela ficou com medo do que ele poderia me fazer, disse que não sabia se poderia deter ele..”

Violência doméstica:

“(...) isso [abuso] acontecia desde que era pequena com carinhos diferentes, por exemplo, ele me abraçava atrás com força, pegando nos quadris e nos seios.”

“Mas foi quando eu tinha 14 anos é que ele se passou pra valer, a coisa foi séria. Depois disso, as coisas mudaram de vez em quando ele vinha ameaçando me pegar, mas não era mais assim sempre (...) voltou a me importunar quando descobriu que eu não era mais virgem...ele me dizia se os outros já fizeram comigo porque ele não poderia fazer.”

“como fui abandonada por minha mãe, não sabia que esse tipo de carinho não era normal (...) comecei a reparar os outros pais e via que eles não abraçavam elas do jeito que o meu pai me abraçava e beijava.”

2. Experiências na família constituída

De acordo com o relato da participante, o relacionamento com o marido é marcado por aspectos como o diálogo e apoio. A culpa é um dos sentimentos que permeia a relação com a filha, conforme se pode observar pelo trecho de relato que segue na categoria relacionamento com a filha. A culpa, nesse caso, expressa o sentimento de impotência da mãe por não ter evitado o abuso, mas também e, mais diretamente, por ficar dividida quanto ao relato de abuso sexual de sua filha e por não conseguir afastar-se de seu pai. De vítima na infância à testemunha quando adulta, a participante encontra-se novamente envolvida com a violência ao tomar conhecimento do abuso sexual de sua filha. A participante revelou a complexidade dos sentimentos envolvidos em casos de abuso sexual intrafamiliar em que a mesma pessoa que cuida é, também, a mesma que expõe a situações de violência. Além disso, conforme o relato dessa participante pode-se observar que há uma suspeita de que outras crianças possam estar ou ter sido vítimas de abuso, indicando a dificuldade de romper com esse ciclo de violência.

Satisfação conjugal

“Ele [esposo] conversa muito comigo...porque eu fico dividida, pensando que meu pai não fez aquilo[com minha filha] (...) aí ele [esposo] me diz que se ele fez comigo porque não seria capaz de fazer com nossa filha...ele [esposo] tem muita paciência comigo, me dá

apoio...tipo assim ele não concorda comigo, ele acha que nós devemos nos afastar, mas ele não fica me pressionando...ele sabe que um dia eu vou conseguir me afastar.”

Relacionamento mãe e filha:

“(...) tenho medo que mais tarde minha filha me culpe por não ter acreditado nela e feito alguma coisa, por isso vim até aqui.”

Violência doméstica:

“Foi um choque... não consigo acreditar que ele tenha feito isso, até hoje fico dividida...tem uma parte de mim que acredita que ele fez isso porque também fez comigo, mas tem outra que não acredita.”

“Não quero ver ele [abusador] preso, quero que ele pague...que ele fique assustado e pare de fazer isso, que ele se arrependa e peça desculpa.”

“Tenho medo que isso esteja acontecendo com meus irmãos menores (...).”

Caso 4: A quarta participante tinha 32 anos, estudou até a 6ª série do ensino fundamental, é casada e trabalha como doméstica. Do seu primeiro relacionamento tem duas filhas, uma de 14 e a outra de oito anos, e do seu segundo e atual relacionamento tem um menino de um ano de idade. Relatou que procurou o serviço do hospital porque seu cunhado, tio de suas filhas, havia abusado de sua filha menor. A participante comentou que tomou conhecimento do abuso no dia de seu aniversário, quando sua irmã lhe questionou porque a sua filha mais nova estava diferente com seu esposo, o tio da menina e cunhado da participante. A mãe comentou que nesse momento o primeiro pensamento que lhe veio à mente foi o abuso e foi então que procurou a filha para conversar. Disse que lembrava até hoje das palavras de sua filha: *“tu quer mesmo saber porque não olho mais para a cara do tio, porque ele passa a mão em mim.”* Ao escutar sua filha, a participante pensou: *“dessa vez vou fazer diferente, resolvi fazer a coisa certa e procurei ajuda.”* Segundo o relato da participante, houve mais de uma situação de abuso, pois sua filha mais velha e ela mesma, quando criança e inclusive na juventude, haviam sido vítimas de abuso sexual perpetrado por essa mesma pessoa.

Quando a participante tinha sete anos de idade, seu cunhado, na época namorado de sua irmã, a abusou. A participante contou para sua mãe, a qual não acreditou e não a afastou dele. Durante sua adolescência, por várias vezes foi assediada por esse seu cunhado, o qual inclusive lhe ofereceu drogas. Comentou que o convívio com ele foi sempre muito difícil, mesmo depois de casada e que, inclusive, por várias vezes, se afastou, mas em função das crianças tornava a se reaproximar. Em um dos períodos em que lhe importunou, relatou que chegou a pensar em suicídio, comprando inclusive uma arma, da qual logo se desfez.

Três pessoas dessa família foram vítimas de abuso sexual perpetrados por essa pessoa: a mãe e suas duas filhas quando tinham sete anos de idade. Suspeita-se que outras crianças também tenham sido vítimas, mas esse é um segredo que começa a ser desvelado. Para a participante o apoio familiar foi importante: *“dessa vez minha família esta apoiando, perceberam que a história estava se repetindo demais para ser mentira...inclusive soube que outra irmã minha também havia sido abusada por ele.”* Houve uma tentativa de buscar apoio e ajuda especializada para a irmã, esposa do abusador, mas essa recusou, dizendo que sempre soube dos problemas do marido e que não o abandonaria.

Para a participante, sua família de origem foi marcada pela rigidez e pelo distanciamento emocional de sua mãe e pela constante embriaguez de seu pai. Entretanto, seu pai foi o único que acreditou em seu relato de abuso e que, de alguma forma, lhe transmitiu carinho.

1. Experiências na família de origem

Segundo o relato da participante, o aspecto que preponderou como característica marcante na relação conjugal de seus pais foi a questão do alcoolismo paterno. A relação com sua mãe foi marcada pela falta de apoio quando revelou o abuso sexual, ainda na infância, e pela rigidez e autoritarismo em relação às práticas educativas. Sobre o abuso sexual, identificado na categoria violência doméstica, a participante mencionou sua constante tentativa de fugir das situações. Ao longo de sua adolescência e juventude foi assediada algumas vezes por esse cunhado, mas com exceção do primeiro episódio em todas as outras tentativas conseguiu escapar.

Drogas:

“O que me lembro da relação dos meus pais é que ele [pai] bebia muito, mas era do tipo que bebia e ficava quieto, não era agressivo, ficava meio ausente das coisas de casa. A minha mãe era mais durona.”

“Eu já me envolvi com droga (...) fumei maconha.”

Relacionamento mãe e filha:

“Quando contei que o namorado da minha irmã estava se passando comigo ela disse que eu tava inventando, que era coisa de criança, não me levou a sério. Isso me chateia um pouco.”

“Minha mãe sempre foi durona, rígida de difícil negociação...qualquer coisa era não, não podíamos falar nada, tinha que baixar a cabeça.”

Violência doméstica:

“Ele [cunhado] aproveitou que todo mundo tava fazendo alguma coisa e me levou para a garagem, foi quando começou a se esfregar, passar a mão no meu corpo...eu não conseguia fugir, gritei, mas tinha muito barulho.”

“Depois disso ele [cunhado] sempre me incomodou (...) ele descobriu que eu fumava maconha aí ele me oferecia em troca de eu transar (...) Ameaçou contar pra minha família que era drogada,(...) eu dava um jeito e escapava, mas ficava com medo.”

2. Experiências na família constituída

O relacionamento com o pai de suas filhas é caracterizado por discussões que envolvem a falta de apoio oferecido em relação aos cuidados com as meninas. A participante demonstrou satisfação na relação com seu atual companheiro, pois ele lhe dá apoio em relação às suas filhas e não interfere na educação das meninas. A relação que a participante tem com sua filha reflete uma mudança de comportamento, caracterizando um momento de transição de um relacionamento que remete a rigidez e o autoritarismo de sua mãe para um relacionamento baseado em maior flexibilidade. Após essa seqüência de histórias de abuso sexual, essa família começa a romper o segredo, revelando outras vítimas e manifestando apoio entre seus membros.

Conflito (relacionamento conjugal anterior):

“Ele [pai biológico de suas filhas] é doente mental, tem problemas, é muito depressivo, já teve internado e tudo, lá no espírita. Agora, parece que não tem mais crises (...) com essa história da menor ele me ajudou, foi ele quem a trouxe aqui no hospital na primeira vez. Mas sempre tive que me ver sozinha com as meninas, nunca pude contar muito com ele [pai biológico de suas filhas].”

Satisfação conjugal:

“ Me dou bem com ele [atual companheiro], ele me aceitou com minhas filhas e não se intromete na educação que dou a elas.”

“Ele [atual companheiro] não bebe, não fuma, é paciêncioso, me dá tranqüilidade e é um bom pai pras meninas e pro nosso filho, não deixa faltar as coisas em casa.”

Relacionamento mãe e filha:

“Já fui mais agressiva com elas, de xingar, gritar (...) hoje sou mais pacífica (...) hoje consigo negociar, conversar com minhas filhas, antes não.”

Violência doméstica:

“ Quando aconteceu com a minha filha mais velha, eu logo acreditei, mas fiquei sem saber o que fazer (...) contei pra minha família, que não me deu apoio pra fazer denúncia, essas coisas. Sei que minha filha é um pouco revoltada com isso porque agora com a mais nova tô fazendo tudo (...) Na época o que fiz foi me afastar dele, da família dele, mas daí em função das crianças [das filhas e dos sobrinhos] acabei me reaproximando.”

“Quando essa me contou [filha mais nova] aí dessa vez pensei: vou fazer diferente, resolvi fazer a coisa certa e procurei ajuda.”

“(...) dessa vez minha família está apoiando, perceberam que a história estava se repetindo demais para ser mentira...inclusive soube que outra irmã minha também havia sido abusada por ele.”

4.4. Discussão

Das quatro histórias apresentadas pode-se observar muitos aspectos comuns, além da história materna de abuso sexual. Em relação às experiências na família de origem, observa-se que a infância destas mulheres foi marcada por conflitos familiares, expressos pelas discussões conjugais, envolvendo agressões físicas e verbais, pela presença do alcoolismo dos pais e/ou padrastos, pela falta de carinho, apoio e de interações afetivas com a figura materna e pelo uso de ações coercitivas por parte dos pais na regulação do comportamento das crianças. Estes fatores têm sido apontados como fatores de risco para o desenvolvimento (De Antoni & Koller, 2002). Assim como as famílias das participantes deste estudo, outras famílias entrevistadas no estudo realizado por De Antoni e Koller (2004), também estabeleceram uma relação interpessoal em que formas abusivas de controle e de poder de um sobre os outros substituem a comunicação e o afeto.

Os relatos das participantes, sobre o relacionamento com suas mães durante a infância, e inclusive na adultez, demonstraram as dificuldades e o distanciamento presentes nestas relações. A partir disso, pode-se pensar que as necessidades, principalmente afetivas, de cuidado, proteção e carinho, em alguma medida, não foram atendidas na infância das participantes. Segundo Bowlby (1973, 1984), os laços afetivos entre a criança e seus pais são constituídos a partir do processo de apego, que se desenvolve na interação entre pais ou cuidadores e a criança, considerando as capacidades cognitivas e emocionais da criança e a consistência dos procedimentos de cuidado. Nesse processo, os pais ou cuidadores devem se demonstrar sensíveis e responsivos às necessidades de suas crianças. Essas experiências de apego servirão de base para futuros relacionamentos, pois estão relacionadas a uma imagem interna instaurada a partir dos cuidados primários (Bowlby, 1989). Para Bowlby (1989), a criança constrói um modelo representacional da relação com seus cuidadores primários

dependendo da forma como foi cuidada. É esse modelo que tende a se repetir em futuras relações interpessoais significativas. Contudo, tais padrões de relacionamento podem mudar de acordo com sentimentos, pensamentos comportamentos e expectativas decorrentes da experiência (Bowlby, 1989).

Neste estudo, pode-se observar, através dos relatos das participantes, a existência de um mecanismo sutil de transmissão da violência, através das relações estabelecidas com os cuidadores. As participantes descreveram de forma predominantemente negativa o relacionamento com suas mães e aquelas que revelaram a situação abusiva na infância obtiveram pouco apoio de suas mães ou cuidadores. Esse resultado também foi encontrado por Leifer et al. (2004), que realizaram um estudo sobre a percepção do relacionamento das mães de meninas abusadas sexualmente com suas próprias mães. As autoras verificaram que mães abusadas sexualmente na infância relataram, numa frequência maior, um relacionamento negativo ou inconsistente com sua própria mãe.

As participantes deste estudo revelaram que outras formas de violência somaram-se à experiência de abuso sexual na infância. Segundo seus relatos, a educação que receberam de seus pais foi baseada em ameaças e ações coercitivas. As agressões físicas ocorriam como forma de punição por terem feito algo de errado. Em nossa realidade, o uso de punição física é, ainda, um instrumento freqüente na educação dos filhos (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison, & Andrade, 2005; Weber, Viezzer, & Brandenburg, 2004). Além disso, a falta de conhecimento dos pais em relação a outras estratégias educativas e ao desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças pode contribuir para a prática de ações coercitivas na educação dos filhos (Weber et al.). Tais estratégias educativas contribuem para a naturalização e reprodução da violência no sistema familiar (Narvaz & Koller, 2004). Esse modelo de educação coercitivo baseado em punições físicas é transmitido de uma geração a outra através de um ciclo vicioso difícil de ser quebrado e questionado, uma vez que freqüentemente é acompanhado pela suspensão imediata do comportamento da criança, o que reforça o comportamento de bater (Weber et al.).

As experiências na família constituída evidenciam a repetição de alguns padrões de relacionamento observados e vividos na infância. Entretanto, também se pode observar as transições e mudanças desses padrões. Em três casos, a relação estabelecida com esposos ou companheiros revela algumas semelhanças quanto à relação conjugal de seus pais. Todas as participantes se envolveram, em algum momento de suas vidas, em relacionamentos conflituosos com companheiros violentos. No entanto, atualmente, apenas a primeira participante ainda mantém um relacionamento caracterizado por conflitos, dificuldades de comunicação e alcoolismo do esposo. As demais participantes revelaram satisfação conjugal,

referindo respeito, apoio e diálogo como características presentes em seus relacionamentos atuais. Nas situações avaliadas, apenas uma envolvia abuso sexual perpetrado pelo padrasto e, neste caso, esta participante demonstrou disposição para manter a relação conjugal com este companheiro. O fato de mães não acreditarem em suas filhas também pode ser visto como um desejo de manter a unidade familiar e conjugal (Araújo, 2002).

As quatro participantes deste estudo, através do relato do relacionamento com suas próprias mães e da forma com que lidaram com a situação de abuso de suas filhas, evidenciaram a tentativa de romper com um padrão de relacionamento experienciado na infância e marcado por um distanciamento afetivo e pela falta de cuidados. Embora as participantes tivessem procurado ajuda e denunciado o relato de abuso sexual de suas filhas, podem apresentar dificuldades em mostrarem-se disponíveis afetivamente e oferecer suporte emocional em momentos de estresse. Em momentos semelhante na infância das participantes, quando revelaram ou quando tentaram expor a situação abusiva a suas mães, o que perceberam como resposta foi a falta de apoio e de continência emocional para lidar com abuso.

Embora as mães deste estudo reconhecessem em suas filhas seus próprios sentimentos decorrentes do abuso, algumas se mostraram receosas em acreditar ou levar adiante o processo da denúncia. Apenas uma mãe, participante dois, referiu claramente duvidar do relato de sua filha. Essas reações das mães ao tomarem conhecimento do abuso de suas filhas e outros aspectos relacionados ao processo da revelação, como por exemplo, para quem a criança revelou o abuso e quem acionou ações protetivas à criança, podem funcionar como indicadores da qualidade do relacionamento entre mãe e filha. Num estudo realizado em nossa realidade sobre as relações vinculares em famílias incestuosas, Matias (2006) concluiu que o vínculo afetivo da filha com a mãe foi determinante para a mediação das conseqüências decorrentes dessa experiência, nas situações abusivas investigadas.

Assim, um relacionamento familiar intergeracional conflituoso pode aumentar a vulnerabilidade da criança vitimada e dificultar ações de apoio e proteção (Leifer et al., 2001). Um relacionamento caracterizado como positivo e seguro entre os membros de uma família pode funcionar como amortecedor frente aos efeitos de situações estressantes e, também, facilitar estratégias de *coping* positivas (Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005). O apoio materno no processo de revelação do abuso está associado ao ajustamento emocional e comportamental das crianças vitimadas (Elliot & Carnes, 2001; Leifer et al.; Pintello & Zuravin, 2001).

Algumas mães participantes deste estudo não receberam apoio de suas próprias mães quando o abuso foi revelado. Esse aspecto pode ter dificultado para essas participantes

lidarem com os sentimentos e pensamentos decorrentes de sua experiência traumática e, conseqüentemente, da experiência de suas filhas. Para Cohen (1995), que investigou a maternidade entre sobreviventes de incesto, a culpa e o medo em compartilhar as experiências abusivas do passado, juntamente com uma aprendizagem de submissão com a família de origem, podem interferir nas habilidades maternas, principalmente relacionadas à comunicação com suas crianças. As participantes deste estudo mostraram-se mais acessíveis no que se refere ao estabelecimento de comunicação e diálogo com suas filhas do que suas próprias mães com elas. Além disso, optaram por desvelar o segredo familiar, ou seja, realizar a denúncia, mesmo que não tivessem acreditado no relato de sua filha ou que para isso alguém tivesse tomado a iniciativa.

As lembranças e os *flashbacks* referentes aos abusos sexuais sofridos foram aspectos comuns entre quase todas as participantes. Através de seus relatos foi possível verificar que algumas manifestaram sintomas relacionados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). As participantes verbalizaram, principalmente, sintomas referentes a reexperimentação do evento traumático, como por exemplo, lembranças recorrentes e intrusivas, *flashbacks* e dissociação. Além disso, sintomas relacionados à esquiva de estímulos associados ao trauma também foram identificados através do relato de mecanismos evitativos. A literatura tem apontado que algumas mães podem apresentar sintomas de TEPT, como memórias intrusivas de sua própria experiência de abuso sexual na infância, sintomas de depressão e ansiedade após a revelação de abuso sexual de suas filhas (Green et al., 1995; Leifer et al., 2004). Uma pesquisa qualitativa, através de estudo de caso, realizada por Green et al. com mães de meninas abusadas sexualmente, verificou que todas entrevistadas desenvolveram sintomas de TEPT após a revelação de abuso sexual de suas filhas, apresentando ainda comorbidades, como sintomas de depressão. Algumas dessas mães re-experenciaram a própria vivência passada quando tomaram conhecimento sobre o abuso sexual de suas crianças (Green et al.). Para Amendola (2004), mães de crianças, que experienciaram o abuso sexual intrafamiliar, com ou sem história de abuso sexual na infância, podem apresentar TEPT como resposta à situação de estresse. Essa resposta pode ocorrer de forma aguda ou crônica frente à situação de testemunhar ou ser informada sobre o abuso sexual de sua criança.

Outras experiências relacionadas à violência doméstica foram investigadas na família constituída das participantes, além da situação de abuso sexual. As mães deste estudo não relataram o uso de violência física como estratégia para regular o comportamento de suas filhas. Entretanto, cabe ressaltar que as estratégias utilizadas pelos pais na educação dos filhos

são uma temática freqüentemente explorada nos meios de comunicação, podendo haver uma influência nas respostas das mães, buscando corresponder ao que socialmente é esperado.

A multigeracionalidade da violência foi observada nos relatos das participantes desse estudo considerando o relacionamento na família de origem e na família constituída. As várias formas de violências vividas ou observadas na família de origem, expressas pelas categorias conflito conjugal, drogas, relacionamento com a mãe e violência doméstica, mostraram-se presentes também na família constituída. A repetição desse padrão de violência na família constituída das participantes pode ser um reflexo do relacionamento de sua família de origem. Entretanto, também se pode observar a tentativa das participantes em quebrar ou romper com esse padrão de relacionamento familiar, na medida em que buscaram ajuda para questionar suas experiências nas diferentes famílias, buscaram novos relacionamentos menos conflituosos e, também, acreditaram e buscaram ajuda para suas filhas.

4.5. Considerações finais

A violência intrafamiliar cruzou a vida destas quatro mulheres entrevistadas, que estiveram tanto na situação de vítima como de testemunha de abuso sexual. Durante a infância, estas mulheres foram vítimas de violência emocional, física e sexual, e testemunhas dos conflitos e agressões entre seus pais, denotando a vulnerabilidade destas famílias. A violência intrafamiliar e doméstica, evidenciada pelos seus relatos, revelou o caráter assimétrico e hierárquico do poder dos pais sobre os filhos e do homem sobre a mulher. Além disso, estas experiências foram e estão sendo revividas por estas participantes, ao tomarem conhecimento do abuso de suas próprias filhas, tornando-se novamente testemunhas da violência, e evidenciando o fenômeno da multigeracionalidade. Pode-se observar, em todos os casos, dificuldades destas mães para lidarem com a situação familiar atual e para tomarem iniciativas, seja no sentido de afastar o abusador ou de realizar denúncia. Estas dificuldades estão relacionadas também aos sintomas apresentados e revelam o sofrimento psicológico vivenciado.

Os casos apresentados ilustraram histórias de quatro mulheres, mães que, assim como suas filhas, foram vítimas de abuso sexual na infância. Nas histórias destas mães, além do abuso sexual, uma outra violência ficou evidente: a do abandono emocional. As participantes relataram a precária disponibilidade afetiva de suas mães em promover suporte emocional nas situações estressoras vivenciadas, assim como o uso de punição física como prática educativa. No entanto, pode-se observar a tentativa de romper com esse ciclo, na medida em que as participantes buscaram, no momento atual, alguma forma de ajuda e suporte para o

enfrentamento da situação, frente a qual antes se sentiam impotentes. Mesmo assim, esse processo é difícil e requer ajuda especializada.

Para Cecconello et al. (2003), é fundamental para a prevenção do abuso intrafamiliar estruturar uma rede de apoio social, através de serviços especializados que possam orientar as famílias sobre práticas educativas e fornecer informações sobre o desenvolvimento infantil e adolescente. Além disso, destaca-se a necessidade de uma estrutura para receber e encaminhar eficientemente as denúncias, assim como acompanhamento psicológico para todos os membros da família, que participam, seja como vítimas, testemunhas ou perpetradores da violência. É necessária a aprendizagem de novas e diferentes formas de interação, assim como uma valorização dos fatores de proteção que estão presentes. Sozinhas, dificilmente estas mães e suas filhas conseguirão reverter esta situação e estabelecer novas interações. Portanto, para auxiliar efetivamente estas famílias, na busca de uma melhor qualidade de vida, são fundamentais ações de intervenção da rede de apoio social e da rede de serviços direcionados a esta população. Além de pesquisas que gerem um maior conhecimento sobre esta realidade, são necessários projetos de intervenção que possam prevenir e romper com a manutenção deste ciclo intergeracional de violência.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

A violência, de modo geral, é um problema social frequentemente noticiado nos meios de comunicação. A violência intrafamiliar, de um problema social passa a ser vista como um problema de saúde pública, tendo em vista sua crescente ocorrência e suas repercussões ao longo do desenvolvimento. O abuso sexual representa uma das formas de violência intrafamiliar. Trata-se de um fenômeno, cuja real prevalência é desconhecida, uma vez que muitos casos não são notificados. Esta dissertação de mestrado investigou situações de abuso sexual infantil intrafamiliar que foram denunciadas e que, de alguma forma, estavam sendo acompanhadas por serviços de referência no atendimento à violência, de um hospital público de Porto Alegre. O objetivo deste trabalho foi discutir as características das mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, considerando aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso e à multigeracionalidade.

Este trabalho adotou a definição conceitual de abuso sexual comumente utilizada em nossa realidade, que considera todas as situações que envolvem a exposição de crianças e adolescentes a conteúdo sexual inadequado para a sua idade. Através da revisão de literatura, pode-se observar que há um consenso entre os estudos revisados, pois a maioria das pesquisas nacionais adota definições semelhantes, elaboradas a partir de um esforço conjunto entre instituições. Essas definições auxiliam profissionais da saúde na identificação e nos procedimentos a serem adotados em casos de abuso sexual. Dois exemplos dessas produções referem-se ao material elaborado pelo Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2002) e o produzido pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP/Claves/ENSP/Fiocruz/MJ, 2001).

Os estudos revisados apontam que a experiência de abuso sexual repercute de forma singular para cada vítima, embora se possa observar um conjunto de manifestações emocionais, cognitivas e comportamentais semelhantes. As conseqüências do abuso podem se apresentar a curto e longo prazo, sendo que entre os aspectos que irão mediar um maior ou menor grau de sofrimento entre as vítimas, apontados na literatura, destacam-se: as características do abuso, os recursos internos da vítima e os recursos externos, como por exemplo, a rede de apoio social e afetiva e as reações maternas (Jonzon & Lindbland, 2004; Steel et al., 2004). Dessa forma, considerando que a mãe, geralmente, é uma figura que faz parte do processo de abuso sexual e compõe a rede de apoio social e afetiva das crianças, torna-se importante compreender seu papel nessa situação.

Através da revisão de literatura, pode-se observar que estudos mais antigos abordam a figura materna a partir das características de sua relação com o abusador (Araújo, 2002; Farinati et al., 1993; Forward & Buck, 1989), enquanto que estudos recentes exploram aspectos relacionados ao sofrimento, à capacidade das mães de lidar com a situação e de proteger suas crianças (Pintello & Zuravin, 2001; Steel et al., 2004). Observou-se que houve uma mudança de foco importante em relação ao lugar da figura materna nas situações de abuso sexual. No entanto, não são todas as mães das crianças vítimas de abuso sexual que têm conhecimento claro e consciente sobre os abusos sofridos por suas crianças. Na maioria das situações, as mães revelam-se surpresas e assustadas e demonstram sentimentos de vergonha e culpa pelo ocorrido com suas filhas, o que dificulta a iniciativa de denunciar e procurar ajuda. Além disso, as mães podem apresentar, juntamente com suas filhas, sintomas relacionados à depressão, ansiedade e TEPT, por exemplo. Dessa forma, as mães de crianças vítimas de abuso sexual devem ser vistas como parte desse fenômeno e como alguém que também precisa de ajuda, assim como suas crianças.

Um fator importante no processo de adaptação da criança após a revelação do abuso, e que tem sido explorado em estudos internacionais, diz respeito às reações maternas (Leifer et al., 2001; Pintello & Zuravin, 2001). Crianças vítimas de abuso sexual podem apresentar dificuldades para iniciar e/ou continuar a revelação do abuso, sendo que algumas vezes deixam escapar pequenos sinais de que algo de errado está acontecendo. As mães, por sua vez, revelam dificuldades em juntar ou associar esses sinais emitidos por suas crianças e assim compreender o que estão tentando comunicar. As reações das mães diante da notícia de abuso sexual de suas filhas têm sido apontadas como um fator mediador das conseqüências do abuso nas crianças (Leifer et al.; Pintello & Zuravin). Além disso, as reações maternas refletem a qualidade das relações vinculares estabelecidas entre mães e filhas.

De acordo com este estudo, as respostas da maioria das participantes indicaram que elas acreditaram e tiveram iniciativa para realizar a denúncia. Um dado que chamou atenção, diz respeito à dissonância das respostas de duas mães em relação às dimensões credibilidade e ação, demonstrando suas dificuldades para lidarem com a situação do abuso. Mesmo que algumas mães tenham apresentado ambivalência em relação à história de abuso de suas filhas, pode-se observar nas participantes um esforço em oferecer alguma forma de apoio às mesmas. As dificuldades aparecem também quando o período entre tomar conhecimento do fato e realizar a denúncia é considerado, pois uma mãe demorou dois anos para tomar providências quanto ao abuso de sua filha. Isso significa que essa mãe precisou de dois anos para se fortalecer e decidir realizar a denúncia. Situações como essa, muitas vezes, podem ser mal recebidas pelos profissionais capacitados para lidarem com essa realidade, pois compreendem

que enquanto a mãe reunia forças e se encorajava para lidar com a situação, sua filha encontrava-se vulnerável para a ocorrência de mais episódios de abusos. Nesse sentido, observa-se a necessidade de estarmos atentos para as nossas próprias reações e mantermos um olhar ampliado nas avaliações de casos de abuso sexual.

A questão da multigeracionalidade da violência foi explorada a partir das histórias de quatro mães que, assim como suas filhas, foram abusadas sexualmente na infância. Nos casos analisados, a violência sexual foi talvez a mais dolorosa, mas outras formas de agressões também marcaram a vida dessas mães, observando-se assim uma sobreposição de violências. Em relação ao momento da revelação do abuso sexual sofrido por essas mães, os laços afetivos não garantiram a elas respostas de apoio, evidenciando o distanciamento emocional vivido pelas participantes e suas mães. Analisando a situação passada e atual dessas quatro participantes, é possível visualizar um esforço para romper com um padrão de relacionamento marcado pelo distanciamento afetivo e pela falta de cuidados. A busca destas mães por alguma forma de ajuda reflete a vontade de reparar, através de suas filhas, suas próprias histórias de vida.

Tanto a partir do estudo teórico, quanto a partir dos estudos empíricos, pode-se observar a importância de um olhar ampliado nas situações de abuso sexual infantil, buscando-se analisar a dinâmica do contexto familiar. Para compreender esse fenômeno, o foco de estudo não pode ficar restrito à criança vítima, é preciso que os demais membros da família também sejam considerados no processo avaliativo. O processo de revelação do abuso é um momento delicado para a família e requer um olhar atento dos profissionais na continuidade dessa família frente às solicitações de exames e outros encaminhamentos realizados. Para isso, o trabalho com situações de violência deve contar com uma rede de serviços articulada que proporcione uma estrutura para receber e encaminhar eficientemente as denúncias, os acolhimentos, assim como acompanhamento psicológico para todos os membros da família.

Trabalhar com a temática da violência, mais especificamente, com o abuso sexual infantil não é uma tarefa fácil e se constitui, muitas vezes, num desafio. Uma das dificuldades encontradas para a execução do projeto foi o acesso às participantes desse estudo. A instituição hospitalar, assim como os serviços especializados no atendimento às situações de violência, contatados para a realização da coleta de dados, foram muito receptivos à proposta da pesquisa. A concordância e disponibilização de local para a realização da pesquisa, bem como a colaboração dos profissionais desses serviços foram imprescindíveis para o andamento da coleta de dados. No entanto, observa-se que embora exista uma estrutura de serviços especializada em situações de violência, com um fluxo intenso de encaminhamentos,

tais recursos não garantiram acesso a um número maior de participantes. Nesse sentido, uma das possíveis explicações para essa dificuldade diz respeito à própria temática. As mães sentem-se constrangidas em expor suas dificuldades para lidar com a situação. Falar de questões relacionadas a experiências de vida dolorosas não é algo fácil ou agradável, visto que algumas participantes se emocionaram durante a entrevista. Nesses casos, em função do desconforto psicológico desencadeado pelas lembranças, a pesquisadora ofereceu apoio. Além disso, para algumas o fato de ser mãe e ter uma filha vítima de abuso sexual intrafamiliar representa uma espécie de fracasso, conforme a fala de uma participante: “(...) *É difícil estar aqui e falar disso, ainda custo a acreditar, às vezes parece um pesadelo (...) Sinto que fracassei como mãe, por isso estou fazendo alguma coisa, não quero que mais tarde minha filha me cobre por não ter feito nada.*” No entanto, também houve situações em que as mães expressaram satisfação por poder compartilhar suas experiências, demonstrando sentirem-se beneficiadas por participar da pesquisa.

As conclusões deste trabalho resultam da análise das entrevistas com as participantes, de maneira que podem ou não refletir a realidade de outras mães de meninas que sofreram violência sexual intrafamiliar. No entanto, cabe ressaltar que este estudo investigou mães, cujas filhas vítimas de abuso sexual romperam com o silêncio e foram encaminhadas para serviços de referência. Assim, os resultados não podem ser generalizados para todas as situações de abuso sexual. Por exemplo, situações não notificadas, às quais não se tem acesso à dinâmica de funcionamento, desafiam profissionais e pesquisadores.

Para futuras pesquisas destaca-se a importância de estudos longitudinais, que enfoquem as percepções de mães e filhas quanto ao processo de revelação do abuso, buscando-se compreender quais fatores atuam como facilitadores desse processo e quais fatores contribuem para o ajustamento emocional de ambas, após a revelação. Pesquisas que explorem longitudinalmente as relações vinculares entre mães e filhas, analisando, por exemplo os padrões de apego, também poderão contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento destas famílias. Um maior conhecimento sobre essas questões poderia resultar em propostas de atendimento e estratégias de prevenção ao abuso sexual infantil, assim como na qualificação dos profissionais que atuam diretamente em situações de avaliação, acolhimento e atendimento a essa população.

REFERÊNCIAS

- Alexander, P. C., Teti, L., & Anderson, C. L. (2000). Childhood sexual abuse history and role reversal in parenting. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 829-838.
- Amendola, M. F. (2004). Mães que choram: Avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. In M. C. C. A. Prado (Ed.), *O mosaico da violência: A perversão na vida cotidiana* (pp. 103-169). São Paulo: Vetor.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) (2003). *Relatório anual do sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: ABRAPIA.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: IGLU.
- Back, S., & Lips, H. M. (1998). Child sexual abuse: Victim age, victim gender, and observer gender as factors contributing to attributions of responsibility. *Child Abuse & Neglect*, 22(12), 1239-1252.
- Banyard, V. L. (1997). The impact of childhood sexual abuse and family functioning on four dimensions of women's later parenting. *Child Abuse & Neglect*, 21, 1095-1107.
- Banyard, V. L., Williams, L. M., & Siegel, J. A. (2003) The impact of complex trauma and depression on parenting: An exploration of mediating risk and protective factors. *Child Maltreatment*, 8(4), 334-349.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). São Paulo, Brasil: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original published in 1977).
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Berliner, L., & Conte, J. R. (1995). The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 19(3), 371-384.
- Bolem, R. M., & Lamb, J. L. (2002). Guardian support of sexually abused children: A study of its predictors. *Child Maltreatment*, 7(3), 265-276.
- Bolger, K. E., & Patterson, C. J. (2003). Sequelae of child maltreatment: Vulnerability and resilience. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 156-181). New York: Cambridge University Press.

- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda. vol. 2: Separação*. São Paulo: Martins Fontes. (Original work published 1973).
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brendler, J., Silver, M., Haber, M., & Sargent, J. (1994). *Doença mental, caos e violência: Terapia com famílias à beira da ruptura*. (R. E. Starosta, Trans.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P., & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 143-149.
- Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp.115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Caminha, R. M. (2000a). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In Amencar (Ed.), *Violência Doméstica* (pp. 43-60). Brasília: UNICEF.
- Caminha, R. M. (2000b). Maus-tratos: O flagelo da violência. In V. L. Bemvenuti (Ed.), *Cadernos de Extensão II* (pp. 37-53). São Leopoldo: Unisinos.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Cohen, C. (2000). O incesto. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Eds.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo: Cortez.
- Cohen, J. A., & Mannarino, A. P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 983-994.
- Cohen, T. (1995). Motherhood among incest survivor. *Child Abuse & Neglect*, 19(2), 1423-1429.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). Resolução 016/2000 - Realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Retrieved in January 23, 2007 from Conselho Federal de Psicologia Web site: http://www.psicologia-online.org.br/legislacao/pdf/resolucao2000_16.pdf
- Conselho Nacional de Saúde (1996). Resolução 196/1996 – Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Retrieved in January 23, 2007 from Núcleo Interinstitucional de Bioética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Web site: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>
- De Antoni, C, Barone, L. R. & Koller, S. H. (2006). Violência e pobreza: Um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar. In D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller & M. A. M. Yunes

- (Eds.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 141-171). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2002). Violência doméstica e comunitária. In M. L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. S. Barros (Eds.), *Adolescência & psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 85-91). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Deblinger, E., Steer, R., & Lippmann, J. (1999). Maternal factors associated with sexually abused children's psychosocial adjustment. *Child Maltreatment*, 4(1), 13-20.
- DiLillo, D., & Damashek, A. (2003). Parenting characteristics of women reporting a history of childhood sexual abuse. *Child Maltreatment*, 8(4), 319-333.
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K. (2005). Attributions and behaviours of parents abused as children: A mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part II). *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(1), 58-68.
- Elliot, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6(4), 314-331.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: CECRIA/SEDH-DCA/FBB/UNICEF.
- Farinati, F., Biazus, D. B., & Leite, M. B. (1993). *Pediatria social: A criança maltratada*. Rio de Janeiro: Medsi.
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS*, 16, 158-167.
- Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. (S. Flaksman, Trans.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Garbarino, J., Kostelny, K., & Dubrow, N. (1991). What children can tell us about living in danger? *American Psychologist*, 46(4), 376-383.
- Gomes, R., Deslandes, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C., & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 707-714.
- Gonçalves, H. S., & Ferreira, H. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 315-319.
- Green, A. H., Coupe, P., Fernandez, R., & Stevens, B. (1995). Incest revisited: Delayed Post-Traumatic Stress Disorder in mothers following the sexual abuse of their children. *Child Abuse & Neglect*, 19(10), 1275-1282.

- Guerra, V. N. A. (2001). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada*. São Paulo: Cortes.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Hammen, C. (2003). Risk and protective factors for children of depressed parents. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in context of childhood adversities* (pp.50-75). New York: Cambridge University Press.
- Hiebert-Murphy, D. (1998). Emocional distress among mothers whose children have been sexually abused: The role of a history of child sexual abuse, social support, and coping. *Child Abuse & Neglect*, 22(5), 423-435.
- Jonzon, E., & Lindbland, F. (2004). Disclosure, reactions, and social support: Findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 9(2), 190-200.
- Koller, S. H. (2000). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp. 32-42). Brasília: UNICEF.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kreklewetz, C. M., & Piotrowski, C. C. (1998). Incest survivor mothers: Protecting the next generation. *Child Abuse & Neglect*, 22(12), 1305-1312.
- Leifer, M., Kilbane, T., & Grossman, G. (2001). A three-generational study comparing the families of supportive and unsupportive mothers of sexually abused children. *Child Maltreatment*, 6(4), 353-364.
- Leifer, M., Kilbane, T., & Kalick, S. (2004). Vulnerability or resilience to intergeneration sexual abuse: The role of maternal factors. *Child Maltreatment*, 9(1), 78-91.
- Lewin, L., & Bergin, C. (2001). Attachment behaviors, depression, and anxiety in nonoffending mothers of child sexual abuse victims. *Child Maltreatment*, 6(4), 365-375.
- Lopes, I. M. R. S., Gomes, K. O., Silva, B. B., Deus, M. C. B. R., Galvão, E. R. C. N., & Borba, D. C. (2004). Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina-PI. *RBGO*, 26, 111-116.
- Matias, D. P. (2006). Abuso sexual e sociometria: Um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 11(2), 295-304.

- Minayo, A. C. S. (2002). O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In Westphal, M.F. (Ed.), *Violência e criança* (pp. 95-114). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Ministério da Saúde/ Secretaria de Assistência à Saúde. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: Um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Narvaz, M. G. (2003). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21, 40-44.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Unpublished master's thesis, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). Famílias, gênero e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. N. Strey, M. P. R. de Azambuja, & F. P. Jaeger (Eds.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp.149-176). Porto Alegre: Editora da PUCRS.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2005). Reflexões sobre o atendimento de meninas e mulheres vítimas de violência. *Novas Abordagens em Direitos Humanos: Enfrentamento à violência*, 1(1), 34-42.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (in press). A família que não é sagrada: Mitos e fatos sobre abuso sexual na família. *Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia*.
- Newcomb, M. D., & Locke, T. F. (2001). Intergenerational cycle of maltreatment: A popular concept obscured by methodological limitations. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1219-1240.
- Oates, R. K., Tebbutt, J., Swanston, H., Lynch, D., & O'Toole, B. (1998). Prior childhood sexual abuse in mothers of sexually abuse children. *Child Abuse & Neglect*, 22(11), 1113-1118.
- Padilha, M. G. S., & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos em Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(Supl. 5), 197-204.
- Pintello, D., & Zuravin, S. (2001). Intrafamilial child sexual abuse: Predictors of postdisclosure maternal belief and protective action. *Child Maltreatment*, 6(4), 344-352.
- Pires, J. M. (2000). Violência na infância: Aspectos clínicos. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp. 32-42). Brasília: UNICEF.

- Polanczyka, G. V., Zavaschi, M. L., Beneti, S., Zenkera, R., & Gammermana, P. W. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 37, 8-14.
- Renner, L. M. & Slack, K. S. (2006). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra and intergenerational connections. *Child Abuse & Neglect*, 30, 599-617.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. S. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo pais e profissionais para proteger crianças de abusos sexuais*. (F. de Oliveira, Trans.). São Paulo: M. Books do Brasil.
- Schuetze, P., & Eiden, R. D. (2005). The relationship between sexual abuse during childhood and parenting outcomes: Modeling direct and indirect pathways. *Child Abuse & Neglect*, 29(6), 645-659.
- Smith, D. W., & Saunders, B. E. (1995). Personality characteristics of father/perpetrators and nonoffending mothers in incest families: Individual and dyadic analyses. *Child Abuse & Neglect*, 19(5), 607-617.
- Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)/ Centro Latino - Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves)/ Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/ Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ)/ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/ Ministério da Justiça. (2001). *Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e adolescência* (2ª ed). Rio de Janeiro.
- Steel, J., Sanna, L., Hammond, B., Whipple, J., & Cross, H. (2004). Psychological sequelae of childhood sexual abuse: Abuse-related characteristics, coping strategies, and attributional style. *Child Abuse & Neglect*, 28(7), 785-801.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. (Daniel Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman. (Original publicado em 2003).

ANEXO A

Roteiro de Entrevista da Participante

Dados Sócio-Demográficos

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Ocupação: _____

Situação Conjugal: _____

Sra. poderia contar porque procurou atendimento no hospital?

Nome da filha: _____ Idade: _____

Escolaridade: _____

A Sra. poderia dizer quais pessoas fazem parte da sua família:

Nome	Parentesco	Mora junto	Idade	Escolaridade	Profissão/Trabalho

Questões específicas sobre o abuso sexual

1. Como a Sra. ficou sabendo do abuso sexual de sua filha?
2. Como a mãe reagiu diante da revelação?
3. Quem foi o abusador?
4. Ocorreu mais de uma vez? Por quanto tempo?
5. Qual era a idade da menina quando ocorreu o abuso?
6. Qual o contato anterior do abusador com a criança?
7. Outras pessoas da família sabem?
8. Como a menina reagiu?
9. Quais as providências tomadas? (processo, exame, denúncia)

10. O que aconteceu com o abusador?

11. Por que razões acredita que aconteceu o abuso sexual de sua filha?

Questões sobre relacionamento com a família de origem e constituída e multigeracionalidade.

1. Como a Sra. descreveria sua família de origem (característica marcante, como descreveria/percebia o relacionamento que tinha com sua mãe na infância):
2. Como a Sra. descreve sua família hoje, como percebe/descreve o relacionamento que tem com sua filha? Se for casada ou tiver companheiro como avalia o relacionamento?
3. Alguém da família já passou por alguma situação parecida como a descrita anteriormente (de abuso sexual) ou por outro tipo de violência (quem, que tipo, quem era o agressor, como a família ficou sabendo, como foi a revelação)
4. A Sra. (nome) já passou por uma experiência de abuso sexual na infância? (revelou a família ou não, como foi recebida a notícia pela família, alguém acreditou, recebeu apoio da família)

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADOLESCÊNCIA (NEPA)

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

A/C da direção do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV)

Através de um Projeto de Pesquisa, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS), estamos investigando características de personalidade e práticas educativas em mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar. Para isso, serão avaliadas 30 mães de meninas com até doze anos de idade, cujas filhas sofreram abuso sexual intrafamiliar e que estão sendo atendidas no Ambulatório de Atenção a Situações de Violência do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) ou avaliadas pelo Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil (CRAI). Através de instrumentos e entrevistas, serão coletadas informações sobre características de personalidade, sintomas de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e práticas educativas.

As sessões de entrevistas e de aplicações dos instrumentos serão realizadas no HMIPV e será solicitada a concordância na participação da pesquisa, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. As participantes serão claramente informadas de que sua participação no estudo é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto as participantes, como o HMIPV, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico às participantes do estudo, será feito contato com o HMIPV para encaminhamento das observações. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A equipe de pesquisa é formada pela psicóloga e mestranda Samara Silva dos Santos e por uma bolsista de iniciação científica.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Mestranda Samara Silva dos Santos

Fone de contato: 33165253 ou 98032776

Profa. Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA)

Fone de contato: 33165253

Concordamos que as mães de meninas até doze anos de idade, atendidas pelo Ambulatório de Atenção às Situações de Violência, pelo Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil e por outros setores do HMIPV, participem desta pesquisa.

Data: ___/___/_____

Direção do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV)

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADOLESCÊNCIA (NEPA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Às Senhoras Mães

Apresento este documento para informar sobre um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com o Ambulatório de Atenção a Situações de Violência do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), com o objetivo de avaliar variáveis familiares, como configuração familiar, práticas educativas e características de mães de meninas de até 12 anos que são atendidas no HMIPV.

Neste Projeto, as participantes estão sendo convidadas a fazerem parte voluntariamente da pesquisa porque são mães de meninas que estão sendo atendidas pelo Ambulatório de Atenção a Situações de Violência ou pelo Centro de Referência de Atendimento a Infância (CRAI). Mediante consentimento e concordância, a participação das mães consistirá na realização de entrevistas individuais e na aplicação de escalas que investigam algumas características, como: ansiedade, depressão e ajustamento emocional. Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. A participação das mães será voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa sem nenhum prejuízo ou punição. Além disso, a qualquer momento tanto as participantes, como o HMIPV poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo.

É possível que algumas questões relacionadas a estados emocionais ou experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isto ocorrer, as participantes poderão solicitar a pesquisadora para realizar um intervalo ou interromper a entrevista ou aplicação de instrumentos, sem nenhuma consequência futura. O encaminhamento de alguma participante

para atendimento psicológico, caso seja necessário, será realizado para o próprio HMIPV ou para outros serviços especializados da rede pública de saúde.

As entrevistas para a coleta de dados serão realizadas no HMIPV gratuitamente. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto.

A sua concordância, no entanto, deve ser obtida através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Pede-se para que as duas vias do Termo sejam lidas, assinadas e devolvidas para a equipe de trabalho. Uma das vias será assinada pela pesquisadora e devolvida a participante. Se houver qualquer dúvida, a pesquisadora estará à disposição para esclarecê-las.

A sua colaboração é muito importante, a pesquisadora Samara Silva dos Santos (mestranda em Psicologia) coloca-se à disposição para maiores informações pelo telefone 33165253 e agradece a sua contribuição.

Autorização:

Eu _____ (nome da participante) fui informada dos objetivos e da justificativa desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura da participante

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do NEPA/UFRGS

Data __/__/__